



16/Nov./2005

ÌROHÌN

EDIÇÃO ESPECIAL
Brasília, ano X, nº 13,
out./nov. 2005



Foto: Lindomar cruz Abr

Uma vitória com os pés no chão

Cerca de 8 mil pessoas, representando mais de uma centena de entidades negras de todo o país, realizaram ato político contra o racismo no dia 16 de novembro, na Esplanada dos Ministérios. A entrega do documento da Marcha Zumbi + 10 ao presidente da República e ao ministro da Justiça foi uma conquista da persistência crítica dos manifestantes (foto ao lado). Eles venceram a falta de recursos, os obstáculos da baixa-ria política e a rede de ultra-proteção do Executivo. Esta edição do Ìrohìn é especialmente dedicada à cobertura da Marcha.



Foto: Wilson Dias Abr

Recebe, não recebe - acabou que recebeu

Quatro horas da manhã do dia 16 de novembro. Estava escuro e frio e alguns vultos de homens e mulheres curvados pregavam cruzeiros no gramado em frente ao ministério da Justiça. São mais de quinhentas cruzeiros que simbolizam as vítimas da violência contra a população negra em todo o país. Mais tarde, um banner com a frase "O Brasil é um país que mata negros", e fotos de pessoas assassinadas, deveria ser fincado ao lado das cruzeiros.

Os seguranças do Senado Federal, que assistiam a tudo pelas câmeras de controle, viriam em seguida, quando o grupo se retirou, para arbitrariamente arrancar as cruzeiros. Foi preciso a intervenção de um senador, três horas depois, para que as cruzeiros retornassem ao gramado.

No início da tarde, a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho - TST, Vantuil Abdala, atenderam as solicitações de audiência previamente agendadas e reafirmaram compromissos com a luta contra o racismo e as desigualdades raciais.

O ministro da Justiça respondeu a ofício protocolado há mais de 50 dias indicando um assessor sem importância ou interesse para atender a Marcha. Diante do ministério da Justiça, uma enorme vaia foi o bastante para o ministro mudar de opinião. Sim, o ministro vai receber.

A presidência da República, que silenciara diante das solicitações de audiência, respondeu no calor da Marcha: tudo bem, vocês venceram, o presidente recebe no final da tarde. (Na portaria do Palácio do Planalto, à noitinha, um misto de constrangimento, porque não fazíamos parte da agenda, e orgulho, porque soubéramos impor nossa presença ali.)

Foram tantos os obstáculos transpostos pelas delegações que chegaram a Brasília, que o entusiasmo e a vibração tornaram-se mais intensos, atingiram a euforia a partir dessas vitórias que "saíam do chão", como disse W. Santana. Estávamos vencendo meses de calúnia e difamação, de satanização da Marcha, que na boca de seus detratores tinha se transformado numa iniciativa com intenções desestabilizadoras, para dizer o mínimo.

A ocupação do conjunto das pistas da Esplanada, bloqueando o tráfego, criou momentos de grande tensão com o policiamento. Mas durou quinze a vinte minutos e logo se desfez sem incidentes maiores.

Durante todo o dia prevaleceu um ambiente de confraternização entre os ativistas e manifestantes em geral, conscientes da importância e grandiosidade do gesto que reafirmava a autonomia do Movimento Negro diante dos partidos e centrais sindicais da base do governo, que tudo fizeram para impedir o ato que

Marcha Zumbi dos Palmares + 10
Contra o Racismo,
Pelo Direito à Vida!



Os negros lutam por
Reparações pelos 350
anos de escravidão,
pela adoção imediata
de políticas públicas que
ponham um fim à segregação,
lutam pela aprovação (agora!) do
Estatuto da Igualdade Racial, por
saneamento básico, habitação, pelos
direitos da mulher negra, educação,
saúde, emprego, terra para as
comunidades quilombolas, contra a
intolerância religiosa e as ações de
exterminio praticadas em todo o
país. Os negros
lutam por uma
sociedade pluralista
e democrática.

Compareça
e participe!

16 Novembro
quarta-feira,

na Esplanada dos Ministérios.
Concentração a partir de 9 horas,
na Catedral Metropolitana.

Panfleto de divulgação da Marcha

IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 10.000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohin, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohin: Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Darlete Arruda Oliveira, Diony Maria (MT5299), Fernanda Felisberto,

Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Regina Adami, Wania Sant'Anna e Wesley Alcides Lucas.

Editoração Eletrônica: Formato 9 produção gráfica Ltda.

Impressão: Correio Braziliense.

Site: www.irohin.org.br (em construção).

e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio: Fundação Ford.

reuniu algo em torno de 8 mil pessoas vindas de todo o país, mulheres negras em sua esmagadora maioria.

Quando uma manifestação pacífica de movimento social busca o diálogo institucional e encontra a resistência que se opõe à Marcha Zumbi + 10, o que pensar? Não é preciso ser profeta para antever dias pesados de confronto. A década que nos separa de Zumbi+20 deverá ser palco de novas formas de acirramento do conflito racial, obrigando a uma revisão radical das práticas de Movimento Negro, que devem ganhar mais pressão e contundência. Nossa disposição: a luta.

As audiências arrancadas "na marra", com vaia e apupos, entre alguns representantes de entidades e o ministro da Justiça, e, logo a seguir, com o presidente da República, foram acompanhadas pelo constrangido "staff" da Seppir e dois deputados do PT que mal podiam esconder também o constrangimento diante do presidente Lula, que foi advertido pelos representantes da Marcha para não errar novamente com o Estatuto da Igualdade Racial. Surpreso com a reação ao que imaginava ser consenso, de imediato, na nossa frente, o presidente pediu aos parlamentares que providenciassem uma reunião urgente, "só com os nossos", para discutir a tramitação do estatuto.

O presidente comprometeu-se, também, a ler o documento da Marcha e marcar reunião de trabalho. Esperemos. Ouviu ainda as graves denúncias dos representantes dos quilombolas sobre o deslocamento forçado das comunidades de Alcântara, no Maranhão, levantou-se para buscar papel e pessoalmente anotou sugestões que envolveram o Estatuto, a Lei 10.639 e a data nacional de combate à dengue.

Depois de ouvir sobre Alcântara, o presidente virou-se para Matilde Ribeiro e perguntou de modo que todos pudessem ouvi-lo: "Que relatório é esse?" Trata-se do relatório do Grupo Executivo Interministerial, coor-

denado pela Casa Civil da Presidência da República, e que foi duramente criticado na reunião. Bem, agora o presidente já sabe.

Enquanto o governo federal não consegue definir recursos para o combate às desigualdades raciais, e reage negativamente à proposta de criação do Fundo da Igualdade Racial, os representantes da Marcha disseram ao presidente Lula, com detalhes, que ele precisaria alocar no Orçamento da União, por exemplo, R\$67,2 bilhões para superar a distância que separa negros e brancos no que diz respeito a indicadores como saneamento, habitação e educação.

Para o presidente, com larga história de negociação, o que resultava evidente da reunião era a falta de diálogo entre a Seppir e o Movimento Negro. A Marcha trazia críticas e propostas, buscava o diálogo. Parece que o presidente Lula entendeu o recado. Deixamos o Palácio do Planalto, após duas horas de reunião, com a certeza de que havíamos conquistado uma vitória política significativa contra a inércia do governo federal.

Edson Lopes Cardoso.



Foto: Carlos Moura



Foto: Lindomar Cruz - ABR



Foto: Carlos Moura



A Marcha foi **bela e emocionante** - mas precisamos ir além da pressão sobre o Estado

Mário Theodoro*

Foi bonita e emocionante. Foi pacífica, ainda que em alguns poucos momentos tenhamos tido entrevero com a polícia. Nada sério. Também, por um tempo, fechamos o Eixo Monumental - são seis pistas - e não deixamos passar nenhum automóvel. Isso no horário de rush. A polícia ficou meio chateada. Paciência, sobretudo da parte dela... Mas o significado da Marcha foi evidente: há um Movimento Negro, há reivindicações, há caminhos e soluções apontadas. O documento da marcha foi entregue ao Presidente da República, que prometeu resposta rápida. Somos assim interlocutores no debate racial, reconhecidos como tal pelo Estado. Este talvez seja, ao lado da patente demonstração de organização e de mobilização, o grande resultado de nossa caminhada.

Mas a Marcha, que insisto em ver como ponto de partida, deve suscitar novos rumos, novas marchas, outras iniciativas. A busca de uma ampliação do espectro da ação política, a construção de bandeiras comuns que perpassem as diferenças que temos e, principalmente, a consolidação da questão racial, na interlocução com o Estado - esta me parece já posta -, mas também com a sociedade brasileira.

Gostaria de insistir nesse último ponto. A despeito da importância do diálogo com o aparato institucional, a questão racial é maior e deve ultrapassar a relação e o canal que estabelecemos com o Estado. Há um outro campo que não pode ser negligenciado: o espaço público não-institucional, o espaço das relações sociais, o espaço da sociedade brasileira. Esta deve também ser chamada a se apor à questão racial. Em conjunto, o racismo, o preconceito e a discriminação racial que habitam nosso cotidiano precisam ser vislumbrados como

práticas a que todos nós estamos afetos, ainda que sob perspectivas diversas. Enfim, é preciso resgatar a questão racial como tema, a respeito do qual todos os segmentos sociais devem se posicionar, discutir, responsabilizar-se.

Marchamos assim, no dia 16 de novembro, no espaço público atinente ao Estado. Esta etapa nós a cumprimos com êxito. Marchar também nos espaços públicos não-institucionais - das ruas, praças e avenidas de todo o país - parece-me de grande importância. Só assim o problema racial poderá ser visto não apenas como um problema da alçada do Estado e subordinado a um conjunto restrito de políticas públicas, mas também como questão relacionada ao conjunto da sociedade, reabrindo-se um campo de debate fundamental ora em providencial esquecimento.

**Doutor em economia e consultor do Senado Federal.*



Foto: Cláudia Santos



Foto: Carlos Moura



Responsabilidade e autonomia - as lições do dia 16 de Novembro de 2005

Wania Sant'Anna*

Estamos chegando ao fim de 2005 com lições de vida e de política inesquecíveis. No que diz respeito à luta anti-racista no Brasil, ativistas e organizações do Movimento Negro poderão afirmar isso com a exata responsabilidade que esta luta exige de todos nós. E o processo de organização da Marcha Zumbi+10 foi, neste sentido, um longo e educativo percurso. Educativo porque nos levou a: honrar as decisões tomadas em coletivo; avaliar ganhos e perdas colhidos em dez anos de trabalho duro; analisar os novos cenários de atuação política – erguidos com a inegável emergência de novos grupos e a atualização de temáticas e preocupações; torcer para que as negociações locais não fossem destroçadas por falsos argumentos e leviana descortesia.

No conjunto, esse histórico de mobilização não pode (e não deve) abrir mão do sentimento de êxito, glória e satisfação. Esses sentimentos são reflexos de um trabalho político tenaz e responsabilmente realizado. Não atravessamos as perigosas e esburacadas estradas deste país, por dias e noites, dividindo quentinhas, contando moedas por nada. Nós não enfrentamos a polícia e conquistamos, do chão, as audiências com o ministro da Justiça e com o presidente da República com as mãos e os cérebros vazios. Todos esses acontecimentos reais são resultado de ações anteriores e focadas em um objetivo: estar em Brasília para a Marcha Zumbi+10 no dia 16 de Novembro de 2005. Isso não é pouco.

Não se vivem todas essas experiências, e outras, para chegar à

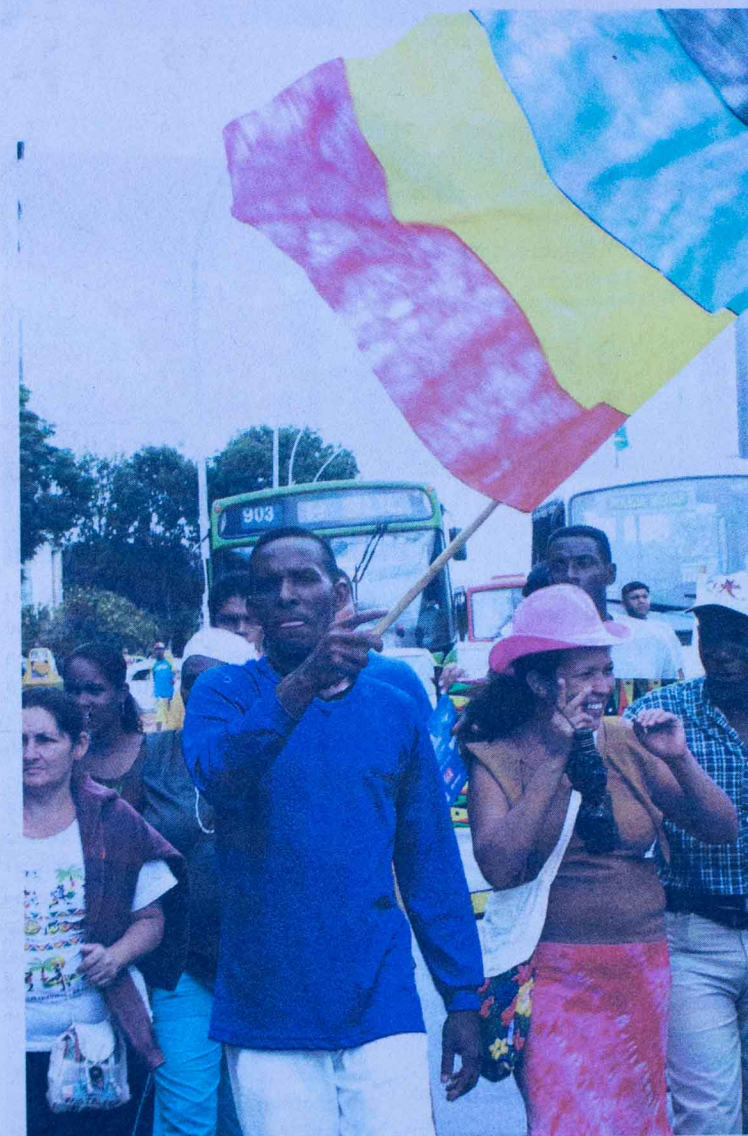


Foto: Alexandra Martins

conclusão de que o joio e o trigo são da mesma qualidade. Isso não é verdade. Existe muita verdade em se assumir, com galhardia, a ação do dia 16 de Novembro como uma conquista inestimável. Em um país que nos retira, cotidianamente, as conquistas, as realizações, os sonhos, a história e a auto-estima,

nós não precisamos ter a mesma atitude de desrespeito com as nossas conquistas. Não há o que temer em assumir a ação do dia 16 de Novembro como sendo uma conquista de um coletivo e de uma perspectiva de combate ao preconceito, à discriminação racial e o racismo.

A autonomia, que hoje é reconhecida como fator diferencial na Marcha Zumbi+10, tem significado profundo e inclui, sobretudo, o histórico deste processo de organização. Tem significado profundo em níveis local, regional e nacional, cabendo-nos administrar os seus resultados. A autonomia se mostrou tanto possível como necessária. Possível porque enfrentamos, e vencemos, um conjunto significativo de restrições à livre manifestação política. Necessária porque, parece bastante transparente, que os nossos interesses e necessidades não estão sendo adequadamente conduzidos. Em democracia isso significa rever, em profundidade, o perfil e a conduta de "nossas" representações frente aos nossos interesses e necessidades.

No conjunto, o processo também demonstrou com inegável transparência que atrizes e atores – indivíduos e instituições – que lutam contra o racismo e a discriminação racial estão aptos a fazer avaliações singulares da persistente realidade de desigualdade racial e social brasileira. Essas avaliações singulares não se confundem com as avaliações de outros segmentos organizados da sociedade civil brasileira. Ou seja, temos, sim, a nossa interpretação independente e firme sobre as mazelas que atingem a população afro-brasileira e essa interpretação independente é inegociável. Nosso Documento – Manifesto à Nação –, a ocupação da Esplanada e as audiências retiradas do chão e sob os nossos gritos de protesto e indignação são exemplos incontestáveis desta interpretação independente e inegociável.

*Historiadora/RJ



A força das mulheres negras

Daniela Giovana*

O trânsito ao lado da Catedral de Brasília fluía normalmente. Os carros e ônibus da capital federal seguiam paralelo àquele grupo de pessoas que começou a se formar a partir de nove horas.

Dez anos depois da primeira marcha, repontava no cenário um elemento que logo se destacaria entre os milhares de manifestantes do dia 16 de novembro. A Marcha Zumbi + 10 deslocou em direção à Esplanada dos Ministérios um grande contingente de mulheres organizadas e com desejos conscientes que ditavam os passos do percurso que começava.

"Falo da situação da mulher no Brasil, da discriminação, da violência, da falta de chance. De tudo que nos tiraram. Nós queremos o nosso direito e não estamos pedindo nenhum favor", afirma Ya Torady do Ogum do Ilê Asê Ala Korowo Amalyra, do Rio de Janeiro.

No compasso das palavras de ordem emitidas pelo carro de som, "Tá na hora gente negra" e "O negro na rua, a luta continua", a massa de gente começou a tomar forma. As cores e as vozes não deixavam dúvidas sobre a forte presença das mulheres. E por que caminhavam?

"Caminho para tirar a mulher negra da marginalidade, levando-a para as alturas. Somos os seres mais importantes da face da Terra. A mulher negra, herdeira de Dandara, vive e luta na periferia, luta em todos os lugares" acredita Jô Farias, 21, do Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia. "É para alcançar os nossos objetivos, conquistar políticas públicas, contra a desigualdade e toda forma de intolerância", completou Eliana Maria Custódio de 40 anos.

"Ser mulher e negra no Brasil é

Foto: Alexandra Martins



Foto: Jefferson Souza

estar 24 horas reivindicando nossos direitos e batalhando por eles, porque a gente sabe que não somos respeitadas, nossos direitos são violados. Quantas de nós estão morrendo no dia-a-dia em função do sistema de saúde que não nos atende? Lutando com dificuldades em um campo de trabalho com baixos salários? Mas temos que reverter isso. A mulher negra não pode deitar a cabeça no travesseiro porque nosso dia-a-dia é muito pesado. Se não formos para as ruas reivindicar nossos direitos, ninguém fará isso por nós" sentencia Ana Maria Soares, 47, da Rede Feminista de Saúde.

Os depoimentos mostravam uma consciência coletiva capaz de unir sentimentos e desejos iguais nas mais diferentes faixas etárias. As características femininas de união e força de mudar o mundo marcaram as falas de todas as mulheres ouvidas pelo irohìn.

Jovem, mulher e negra em um país como o Brasil. Para dar conta deste desafio a estudante tem a resposta. "A atitude tem que ser radical. Assumi a minha negritude. Ser jo-

vem, negra e rasta é difícil, mas eu consegui a partir do momento em que passei a me assumir", declara Aquataluxe Rodrigues, 18, do Enegrecer.

"Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos jovem negra comandando esse Brasil" e "Mulher negra na rua, a luta continua" foram frases ditas por uma das vozes femininas ao microfone. Não só no asfalto, mas também no carro de som, as mulheres disseram a que vieram na Marcha Zumbi + 10.

Professora universitária, mestre em educação, especialista em história e dança, Maria Zita Ferreira, 53, também caminhava na Esplanada dos Ministérios. Quando indagada sobre em que cenário se coloca a mulher negra, respondeu: "Somos essa cidadã que constrói esse cenário brasileiro no seu fazer cotidiano, na sua resistência negra, dizendo que nós somos poder absoluto. Somos seres, temos corpo, espírito, somos criadoras e revolucionárias. A mulher negra hoje no cenário brasileiro produz e assina embaixo do que ela faz", atesta sem dúvidas.

A marcha prosseguia mostrando para os poderes constituídos no Planalto a força que o povo tem para ocupar as ruas, quando assim deseja. Na pauta reivindicada, mais atitude para salvar a juventude, palavras de "viva a militância negra" e "não à intolerância", além de saudações à resistência dos quilombos. Frases que estampavam a consciência de que o povo negro já está preparado para a guerra, uma vez que a guerra contra o povo negro no país nunca terminou.

Mas outro marco aponta para a renovação. A pequena menina sustentava o meio de uma grande faixa. Caminhando, ela revelou o que pretendia alcançar com o seu ato. "Quero que o racismo não exista mais no Brasil e em nenhum lugar", disse com convicção a goiana Naomi Leal, de 9 anos. Logo atrás, a mãe acompanhava os passos da filha. "Na primeira marcha, há 10 anos, eu estava grávida de 8 meses. Agora ela veio de novo, tendo consciência e entendendo a necessidade de lutar. Sendo militante do Movimento Negro, posso dizer que minha filha é fruto de minha luta. E hoje ela está aqui e estou apaixonada. Ninguém nasce racista. Temos que tornar as nossas crianças mais fortes contra o racismo, sobretudo as negras. Percebo que ela tem mais segurança do que eu tive. Ela está mais preparada. Muitas portas se abriram, nós estamos conquistando mais espaços. Eu consigo enxergar outra mulher em todos os lugares aonde vou", atesta a mãe coruja, Ieda Leal, de 40 anos.

Os depoimentos vão delineando os obstáculos que precisam ser vencidos ou superados. Aparecida Cleide Luca, de 59 anos, fala por mi-

lhões de mulheres negras que são empregadas domésticas: "Queria que a gente fosse reconhecida com mais valor. Sou empregada doméstica e muitas vezes me sinto desprezada", diz. Reconhecimento, desejo de se sentir efetivamente pertencente a uma sociedade, direitos trabalhistas, inclusão social.

Esta marcha trouxe o alerta de que o Brasil é um país que mata negros. Um país que mata os filhos dessas mulheres negras. Alerta gritado por muitas vozes femininas, vozes fortes, seguras e por vezes já atingidas. Em frente ao Congresso Nacional, a voz se ergue do carro de som: "pela vida das mulheres negras e sua dignidade, contra o desemprego, o machismo, a falta de oportunidade. Respeito dos companheiros. Pela vida e pela dignidade das mulheres negras", conclamou Alzira Rufino, da Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos. O grito resumiu desejos e anseios daquelas que embaixo caminhavam. "Sigo por uma luta que não é de agora. É uma luta de muitos anos, transmitida pelos que nos antecederam. Caminho por nosso futuro", afirma Érica Pereira, 30, do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

A essa altura, o trânsito de veículos foi interrompido. Os relógios marcavam 13:11h e a multidão paralisou a movimentação dos carros em frente ao ministério da Justiça. Por alguns minutos, uma parte significativa do Movimento Negro independente conseguiu se fazer ver e ouvir. A determinação seguinte? O governo admitiu que receberia uma comitiva de representantes das organizações que conduziam a marcha.

Nós somos mulheres e queremos o poder, dizia a letra da canção. "Temos que ir mais para o embate, encarar e exigir. A posição de combate e de luta tem que ser mais acirrada. A mulher tem que tomar o poder pra si. As mulheres já trazem uma herança cultural que favorece a baixa-estima. Isso vai começar a mudar quando nós mulheres começarmos a acreditar no enorme poder que temos. Quando tivermos a exata noção de nossa força, vamos tomar esse poder", sentencia a rapper carioca Re.fem, de 25 anos.

* Jornalista, mestranda em História pela UFMG.

Foto: Alexandra Martins



Foto: Cláudia Santos

Foto: Cláudia Santos



Foto: Cláudia Santos



Foto: Cláudia Santos

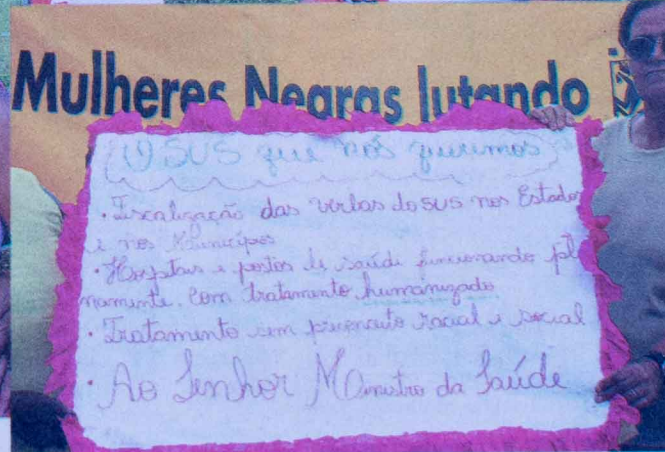


Foto: Alexandra Martins



Zumbi + 10: uma marcha pela família negra

Cláudia Santos*

Claudinei de Freitas Marinho e Wanda Joaquim Rodrigues são ainda bem jovens, ele 27 e ela 26 anos. Estavam na Marcha Zumbi + 10, no último dia 16 de novembro. Casados há seis anos, chegaram a Brasília na caravana do Grupo Kalunga de Capoeira – arte/luta que Claudinei pratica ao longo dos últimos seis anos. Ele conta que foi conduzido à capoeira pelo irmão mais novo, Ubiraci, que agora reside em Brasília, onde cursa Agronomia na UnB e também os acompanhava na marcha. Ele conta que “o diálogo no grupo é o mais importante pra mim, nos dá outra visão de mundo negro – a gente é estereotipado dentro de uma cultura que tem grande referencial europeu, eles nos deixam de fora, e para mim essa leitura só foi possível através da capoeira angola”.

O grande esforço do casal residente em Goiânia (GO), que além de ter viajado 208 km em 3 horas, se revezava para cuidar de duas crianças ao longo do percurso da Esplanada, tinha bastante sentido: “Acredito no resgate e na busca do reconhecimento cultural da nossa gente, trouxemos nossos filhos para despertá-los e envolvê-los no movimento”, diz Claudinei, e sentenciou: “a escolha de participar será deles depois, não esperamos forçá-los mas queríamos que eles experimentassem este grande momento”. Wanda, que pela primeira vez participa de uma manifestação de rua, revela sua grande expectativa: “Se a gente não luta, a gente não consegue nada. Queremos que no futuro as coisas sejam melhores para nossos filhos”.



Dona Zulmira e Janaína



Sandra, Elana e Iana

Ubiraci de Freitas Marinho, carregando o sobrinho Gustavo de apenas um ano e meio, viu na marcha a possibilidade de defesa da cultura e ancestralidade negra, lembrando que “ancestralidade é uma das chaves para a conquista de poder, para conquista política”. Wanda reforça a crença na força da família reunida: “acreditamos que estamos dando um exemplo para outras pessoas que gostariam de ter vindo e de ter trazido seus filhos, é importante ter famílias participando”. Ubiraci complementa a fala de Wanda, afirmando que “para nós é importante criar essa ligação com nossas crianças, vamos juntos ao futebol, ao terreiro, à capoeira, queremos influenciar, por isso trouxemos nossas crianças para a marcha”. A felicidade nos olhos da pequena Thaís Amanda é grande, ela tem 6 anos, ainda tentando se localizar, diz que nunca havia visto tanta gente assim “invadindo a rua” e segue agarrada à mão da mãe.

A poucos metros da família de Goiânia, Paula Beatriz, educadora popular, me conta que vem de Porto Alegre, onde mora há cinco anos. Lamenta a ausência do marido que também é militante e não pôde vir, mas festeja a presença e a companhia da filha Tusilé, que tem 10 anos. A menina explica que seu nome significa “liberdade” em língua Yorubá e sabe bem porque veio à Marcha Zumbi + 10: “Eu quero lutar pelos direitos dos negros, dos afro-descendentes, dos quilombos” e na sequência vai me contando que na sua escola há muitos casos de discriminação – ela cursa a terceira série do ensino fundamental e acha que se os colegas que

Fotos: Cláudia Santos

a discriminam viessem à marcha, aprenderiam muito sobre a importância de se respeitar as pessoas negras.

Paula e Tusilé participam do grupo Maria-Mulher, em Porto Alegre, e estiveram envolvidas em todas as etapas locais de mobilização, para divulgar e fortalecer o ato em Brasília. A mãe diz que "é necessário participar desta marcha, estou aqui com minha filha pedindo coisas que são importantes para nossa sobrevivência, como o fim da violência que tem nos vitimado e a implementação da Lei 10.639, que insere cultura e história africana e afro-brasileira no ensino de nosso país". Repletas de esperança, mãe e filha acham importante repetir manifestações pela vida iguais a esta – Tusilé espera voltar à capital do país outras vezes "para fazer outras lutas" e Paula defende que "temos que produzir outros eventos onde estamos, em nossos municípios e estados, e aqui na capital, no centro das discussões,

eventos grandes e nacionais, temos que ser vistos e ouvidos".

Elana, de 13 anos, fazia coro com sua mãe Iana Araújo, de 33 anos, ao longo do percurso na Esplanada dos Ministérios – ambas repetiam palavras de ordem da manifestação acompanhadas da amiga Sandra Nascimento, 38 anos. Sandra e Iana, além de amigas, são colegas de classe no Pré-Vestibular Kilombo Cabula, onde estudam desde agosto deste ano. O curso pré-vestibular é organizado pelo Ubuntu – um dos núcleos de estudantes negros da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Para elas as razões da marcha são explícitas, "lutamos contra as injustiças, queremos reservas de vagas não apenas na universidade" diz Iana, "a gente luta junto com os que estão na faculdade, queremos entrar, lutamos também aqui fora na sociedade". Elana nunca havia saído de Salvador (BA), sua cidade natal, mas já havia participado de outras manifestações de protesto orga-

nizadas na escola da rede pública, onde cursa a 6ª série do ensino fundamental. Bem situada, a jovem explica que "viemos à Marcha Zumbi +10 aqui no Distrito Federal para participar, nosso protesto é criativo" e diz que acha muito bom que a mãe tenha voltado a estudar, "pretendo seguir os passos dela sempre, quero entrar na universidade e cursar jornalismo". Elana, orgulhosa da compreensão da filha, complementa: "trouxe minha filha aqui para mostrar a ela a realidade da vida negra, quero um futuro melhor para ela, quero ensiná-la a lutar".

"Marchamos para sensibilizar os poderes públicos, marchamos por leis, pelo Estatuto, pela igualdade! Hoje estamos aqui nessa revolução, no futuro espero que meu filho que agora tem quatro anos não tenha que marchar para protestar, gostaria de voltar aqui com ele quando estiver idosa como minha avó para comemorar as conquistas da marcha deste dia" – discursa

Janaína Maria da Silva, de 25 anos, enquanto amparava Dona Zulmira Cardoso da Silva, 77 anos. Sob a proteção da neta, Dona Zulmira conta que nunca havia pensado em ir a outro estado, ela afirma que "no meu tempo, as pessoas negras nem sequer podiam protestar, avançamos muito, temos que acompanhar a juventude e marchar pela nossa vida". As duas mulheres, que participam da delegação do Geledés, apontam mais dois jovens da família – Marcos, 27 anos, e Bruno, 22, também netos de Dona Zulmira – que vieram de São Paulo (SP). Janaina dá voz a um dos grandes temores da juventude negra, "tenho medo do preconceito da polícia que judia e mata, as leis não nos protegem" e Dona Zulmira, com sua longa experiência, tranquiliza: "marchamos até aqui, vamos marchar para o futuro, vamos marchar pelas nossas famílias".

** Mestranda em estudos étnicos e africanos (Ceao/UFBa)*

Fotos: Cláudia Santos



Paula e Tusilé



Ubiraci e o sobrinho Gustavo

Wanda, Claudinei,
Gustavo (no colo) e a
irmã Thaísa Amanda



Zumbi + Dez, 30 horas: nada me aborrece...

Eustáquio Lawa*

15/11

15h: Minas Brasília Tênis Clube: alojamentos sem roupa de cama, Nétio procurando a administradora, perdida na beira do lago com um segurança, chegam os Kalungas junto com meia dúzia de patricinhas e mauricinhos de Monte Alegre do Goiás e um casal branco meio cavernoso interessado numa sociedade para concessão de rádio comunitária. Rodada de cerveja, causos e

19h: o jantar, que o Zé Raimundo falou que ia ser muito sofisticado, podia o pessoal ficar inibido... tava mais fraco que o do restaurante de um real da Samambaia. Mesmo assim, caímos dentro, acompanhados de Rafael e Bruna, do EnegreSer. Na hora de pagar, cadê a administradora. Procura daqui, procura dali, ressurge ela das trevas com o segurança.

21h: Ìròhìn: Wânia Santana, Sueli, Cidinha, Regina...Recebo uma lista de exigências dos bombeiros (inexeqüíveis, àquela altura do campeonato) e um recado que a Walkirinha, da Secretaria de Saúde do GDF, precisava urgente do roteiro da marcha, por e-mail ou fax. Desistimos dos colchonetes da Contag: só com ofício do governo eu, hein?) Enfim,

23h: Vou pra casa, e-mail pra Walkirinha, descubro que o Tusta, que tinha recebido do Waucilon a incumbência de arranjar os ônibus das satélites, terceirizou o serviço para o Paulo, que repassou uma das linhas para o André, que ninguém sabe por onde anda. Santa Maria queria acertar o horário e... solução: passei o problema pro Paulo...

24h: Vou dar uma morgadinha pra ir pregar as cruzeiras na Esplanada com o pessoal das quatro.

16/11

1h: Aqui é o Guilherme, quem? do EnegreSer, tá chegando

um ônibus da Bahia e dez pessoas não podem pagar alojamento. Anota os nomes e põe pra dentro.

2h: É Ana Flávia, liga pro Guilherme. Por que ele não liga pra mim? Tá sem crédito no celular. Guilherme: chegou um ônibus do RS e adiantei 50 reais pro café da manhã, mas preciso receber hoje mesmo porque vou viajar. Tá bom.

3h: Aqui é Mônica. O ônibus de Pernambuco foi assaltado, atiraram nos vidros, tem três feridos. Onde foi? Não sei. Liga pro NUPO da SSP, fala com o Ten. Cel. Renato

tô chegando, liga pro cara da CAESB. Não pode? É, tô sem crédito. Tá bom...

É a Graça, sô Eustáquio. (?) Do DEFER. Tô fazendo o café da manhã. Os pessoal vem mesmo? Ligo pro Ìròhìn. Cadê o Maranhão? Tá na estrada. Chegam oito, oito e meia. Não tem o número de alguém do ônibus? Celular não pega. Oi Graça, pode fazer o café que "os pessoal" chega (chegam?) oito, oito e meia (assim espero...)

6h: Ana Flávia, tô no Ìròhìn e tenho que ir em casa tomar banho



Foto: Carlos Moura

e me retorna. Apago. Acordei com o celular tocando. Corri pra atender. Ninguém. Tinha sonhado. Agora vê, sonhar com um celular tocando. Resolvi não ir plantar cruzeiras na Esplanada. Vou ver se durmo mais um pouquinho.

5h: Oi, Eustáquio, aqui é a Sabrina, do EnegreSer. Sei. O pessoal das barracas da alimentação já está aqui e não tem o ponto de luz... nem água. Não tem? Mas o cara do palco disse que ontem mesmo esse negócio tava ligado. Ligo pra ele, celular desligado. Ligo pra Sabrina:

pra ir pra marcha. Vê se arruma alguém pra me substituir. Tá bem. Esplanada. Remanescentes da falange RastaZen do EnegreSer: Rafael, Sílvio, Bruna, Murilo e Sabrina. Murilo se disponibiliza e vam 'bora.

7h: Alô. Edmilson. Edmilson? É, motorista do Kalunga. Não fui aí, mandei outro, que a empresa disse que eu tenho que ficar descansando para dirigir à noite. Ah, taí, legal, uns caras de responsa...

8h: Bombeiros, Defesa Civil, CAESB, PM, DETRAN, Walkirinha:

faltam tenda de saúde, ambulância, laudo de aterramento do palco, extintor a água para a praça da alimentação, mangueiras e válvulas de segurança dos botijões de gás. Puta que pariu, não vai ter marcha! Aparece o fogueteiro, negro, de perna fina: tô na área, quando quiser é só dar o sinal que eu prego fogo! (enfim alguém com solução e não problemas).

9h: Roubaram as cruzeiras! Olha lá, tão retirando as faixas e banners! Pega! Perseguição desenfreada Ana Maria liga pro Cel. Renato, não atende? mas ele não disse que resolvia tudo? O cara da Administração do GDF sai em disparada. Não acreditou que aquela negrada que vinha correndo pra cima dele viesse só pra negociar a devolução do material.

11h: Encontraram as cruzeiras, vai na marcha, traz pra cá, não, tão com a Ana Luíza no Senado, vamos fincar lá. Concentração: Tambor de Crioula comendo solto na catedral, a PM propõe que a marcha saia depois das duas (o quêêê??? Edson, rodeado de repórteres) Vamos sair, Eustáquio, cadê os fogos? Sumiu o blaster (sabiam que o nome técnico de fogueteiro é blaster?, ah, marcha também é cultura...). Achei ele. Dou sinal: mete bronca! Pruum, pum, pum, pum! bombeiros, pm, polícia civil e detran quase decolam de susto, e o povo vem e pára o trânsito e tem gente que prefere bater car a entrar na marcha e... Saiu!

13h: entro no terno de Moçambique de Ituiutaba e esqueço do mundo, a marcha pára, parou por quê? Ninguém sabe. E vem palavra de ordem: se hoje estou aqui, só devo a Dandara, só devo a Zumbi! A marcha anda de novo. Ministério da Justiça, fincaram as cruzeiras no gramado do Congresso, começa a chover: o negro não é de açúcar, o

negro é de luta! Vem o cara do rap e inflama o povaréu, vou filmar as cruces tendo como fundo Congresso e MJ, xingam a mãe e todos os ancestrais do Marcio Thomaz Bastos, uma confusão do caralho! João Jorge grita, vamos ocupar as seis pistas! Me finjo de morto, vou mijar, bem longe, vem o capitão correndo: vc perdeu o controle da marcha (ué, eu tinha o controle? era pra ter?), a marcha tá sem comando! Vou botar no relatório! Mas capitão, vou lá ver... Perdeu o controle!, grita, correndo de volta pra turma dele. Vou caminhando devagar. João Jorge pro engarrafamento: esperamos 500 anos, vcs podem muito bem esperar mais uma hora! (é, pra mim faz sentido. Pode não fazer tanto para os engarrafados). Ministério das Comunicações: tem que fechar a TV Record, intolerância religiosa contra as casas de santo! Não sairemos enquanto o MJ não cancelar a concessão dela! (ih, vamos demorar aqui...)

Educação... esporro neles... Planejamento (esperei darem uma xingadinha no Paulo Bernardo mas ninguém falou nada). Subo no carro de som, explico pra Regina, temos que desocupar pelo menos duas pistas, Regina: não, pra quê? Tá engarrafado; quê que tem? O capitão diz que vai processar os coordenadores da marcha... eu e o Edson (seu marido, lembrei a ela). Esperou a Iaô acabar de cantar um oriki, pegou o microfone antes da Alzira, disse que a coordenação da marcha ia ser processada e que a pm pedia encarecidamente que fossem liberadas duas pistas... discute daqui, discute dali, concordaram... desço... aí a kombi da pm começa a forçar passagem, maior arranca-rabo, a marcha querendo dar porrada neles, as mulheres formando um cordão de isolamento (baixinhas, no meio do pau, hehehe), empurra daqui, empurra dali, a pm tirou a kombi e o motorista das vistas da marcha e o conflito acabou por perda de objeto...fim da caminhada, carro de som atravancando a pista, sumiu o motorista, puta que pariu...Enfim, chegamos à Praça da Alimentação. Olho pro celular, trocentas chamadas perdidas... infelizmente... apago tudo... vamos começar de novo...

14h: Todos comendo, bebendo,

tenda de saúde funcionando, palco montadinho, o show começa. Beleza, tomo um suco de maracujá com erva cidreira... toca o telefone. Graça, do DEFER: os pessoal não quis o café, quê que eu faço com 160 pães e 40 litros de café com leite?... amanhã passo aí. No palco o cara do reggae começa a cantar o teu cabelo não nega, quase é linchado, Guilherme do EnegreSer, preciso dos meus 50 reais, vou viajar, passo pra ele, pegou recibo? Não. Não??? Tá bom, vamo que vamo. Vou na Alimentação, como um prato de salada na Sirlene, Terezinha me convida para uma cabritada na Torre de TV, deito atrás do carro, no gramado, pra dar uma morgadinha...aí entra o Moçambique de Ituiutaba, não resisto ao batuque, caio na gandaia.

16h: vai um pessoal pro TST, outro pro Aldo Rebelo, o Lula diz que vai receber uma comissão da marcha, cadê o documento, quem vai, deu treze, será que pode, não era dez? saio levando um grupo, atravesso o gramado pelo meio da multidão, entro no engarrafamento, paro no palácio do planalto, "que os orixás os guiem", e volto a meu posto avançado.

19h: Lia apresentando: Caretada de Paracatu, Maracatu do Recife (ah, conseguiram chegar...), Olodum, Ylê Ayê (pega fogo a Esplanada!) Liga o motorista dos Kalunga: tamos indo embora pra Monte Alegre, falta o Tico. Procuro. Faz parte da Comissão. Vou ao ônibus. Informo motorista e grupo que ele está com o PR, ninguém se mostra impressionado (que falta de espírito cívico!), mauricinhos e patricinhas entendem que podem voltar pro show do Ylê.

21h: Recolhem as mesas, Walkirinha faz questão de me relatar as 21 ocorrências: diarreia, pressão alta, excesso de bebida...chega a Comissão com ar triunfal, encontro o Guilherme, vc não ia viajar? daqui a pouco, me desculpe, enchi teu saco essa madrugada, né? Nada. Olhei pro relógio, sorri meio cansado, lembrei de uma propaganda do Unibanco. Respondo: sem stress, Bro, Zumbi + Dez, 30 horas: nada me aborrece...

* Eustáquio Lawa, mestre em administração pública (FGV) e ativista do Movimento Negro.



Fotos: Carlos Moura





Todas e todos a bordo: “estamos por nossa própria conta”

Diony Soares*

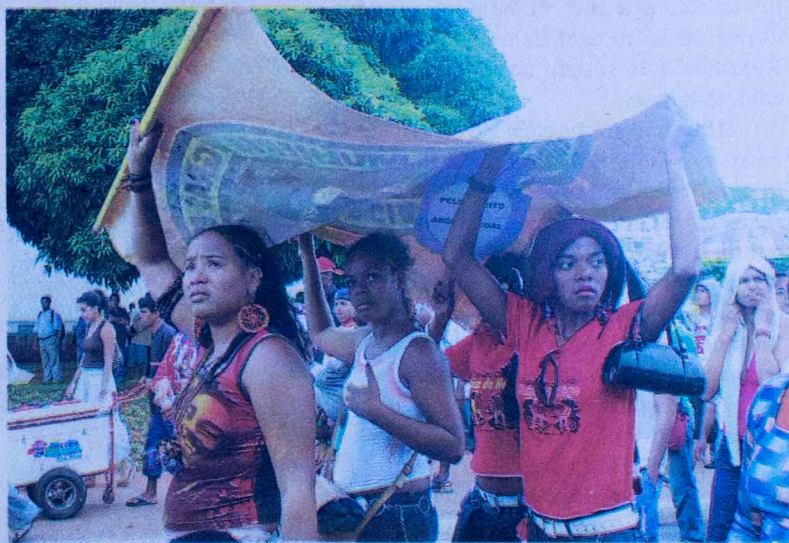
Os primeiros ônibus chegaram no começo da tarde do dia 15 de novembro. Eram poucos. Foi durante toda a madrugada do dia 16 que a grande caravana com representantes de vários estados do Brasil entrou na capital federal. Uma típica emboscada do destino fez com que o último ônibus só conseguisse chegar por volta das 15 horas do dia 16. Veio de Pernambuco. Fica aqui registrada uma reverência para a garra e a persistência desta delegação. Os ônibus vieram cheinhos de gente bonita e resistente, *cheinhos de inteligência***.

O ônibus de Porto Alegre chegou às 4 horas da manhã do dia 16. Foram 35 horas de estrada após uma partida dada às 17 horas do dia 14 de novembro para uma viagem que começou a ser construída alguns meses antes efetivamente, 310 anos atrás, simbolicamente. A bordo, elas eram a maioria, mas também vieram alguns homens e três crianças.

Quilombolas

Esta foi a segunda viagem na vida de Karina da Silva Elias, 20 anos, ensino médio completo. A primeira foi em 2004 para Capão da Canoas, uma praia no litoral gaúcho, localizada a apenas 135 km de Porto Alegre. Naquela ocasião, a jovem foi participar de um evento sobre quilombos. Para Brasília, ela veio acompanhada pela mãe, Rosângela da Silva Elias.

Mãe e filha são, respectivamente, cozinheira e secretária do quilombo urbano Morro dos Alpes, que está localizado na capital gaú-



cha, no bairro Glória e onde vivem aproximadamente 70 famílias. “A vida agora está melhor em todos os sentidos”, informam, referindo-se à recente “descoberta” de que pertencem a uma comunidade de remanescentes de quilombos. “Só sabíamos que éramos diferentes da comunidade que morava lá. Nossos costumes. A religião.”

Ao chegar na concentração da Marcha Zumbi + 10 a emoção de Karina transbordou. “É difícil explicar. É emocionante, forte. Poder estar aqui. Eu quero participar de tudo. A gente começa a se entender melhor conhecendo a história.”

Educadora

Colega de viagem de Karina, a educadora e oficina Neide Gomes, coordenadora da Incubadora Morro da Cruz, durante toda a viagem a Brasília desempenhou simultaneamente os papéis de

ativista e de professora. Acontece que Neide, que é professora da instituição São José de Murialdo, localizada na periferia de Porto Alegre, resolveu integrar na caravana da Marcha Zumbi + 10 três jovens oficinairos por ela monitorados. Para Neide, a participação dos jovens na Marcha seria uma aula prática de formação política e pedagógica, de geografia, de história e de antropologia. Certamente que Jaqueline, Joel e Tiago, que ministram, respectivamente, aulas de capacitação em trança, rap e dança aos adolescentes negros do Morro da Cruz nunca vão esquecer desta professora, muito menos das lições apreendidas.

O embarque de Karina, Rosângela, Neide e dos jovens oficinairos do Morro da Cruz rumo à Marcha Zumbi + 10 é fruto da decisão típica das mulheres negras, guerreiras que construíram e constroem quotidianamente este

Foto: Alexandra Martins

país. Em Porto Alegre, elas organizaram-se no Coletivo de Mulheres Negras, que além de várias mulheres sem vínculo associativo, inclui representantes da Acmun (Associação Cultural de Mulheres Negras), da organização de Mulheres Negras Maria Mulher, da Ecaunisinos (Estudantes e Comunidade Afro da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos) e da Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora (a entidade negra mais antiga do Brasil em atividade, fundada em 1872 por negros livres sob o espírito das irmandades negras).

A partir da celebração do dia 25 de julho, o Dia Internacional da Mulher Negra, as atividades pró-Marcha intensificaram-se. De lá, até o dia 14 de novembro, o Coletivo de Mulheres Negras realizou reuniões toda segunda-feira. Os recursos “nós por nós mesmas” vieram de atividades realizadas em domingos, ao meio-dia, para possibilitar a presença das famílias. Uma feijoada e um chá tropical, que ofereceu quitutes africanos, viabilizaram-se graças à parceria com o bloco afro Odomode, estrategicamente acessível para pessoas vindas de vários bairros de Porto Alegre.

“Enquanto umas ficavam na articulação, as outras ficavam no fogão e vice-versa. Os quitutes para o chá foram feitos pela Ivone. A Isa, do Floresta, confeccionou uma cesta de café da manhã, que foi rifada, e que continha basicamente produtos da economia solidária. E foi assim que nós conjugamos o verbo estamos por nossa própria conta, retomando o conceito de

irmandade negra e constituindo a irmandade da pós-modernidade", sintetiza a psico-pedagoga Tânia Silva.

Empresária

Quando pensaram em contratar o ônibus para fazer a viagem, alguém lembrou de Luísa Helena Fernandes, uma mulher negra, formada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica, proprietária de uma agência de turismo. Estava assim garantido um transporte confortável e com preço acessível para todas e todos.

Na última hora, restaram algumas vagas no ônibus e uma articulação via Internet possibilitou que seis professoras de municípios do interior do Paraná também pudessem participar da Marcha. As professoras se deslocaram até a rodoviária de Curitiba onde embarcaram no ônibus vindo de Porto Alegre rumo a Brasília. Sorridente, a empresária Luísa Helena participou de todas as atividades da Marcha Zumbi + 10. Sua meta agora é investir em um *tour* pelas rotas dos quilombos no Rio Grande do Sul.

Aposentados

Quando chegaram a Brasília as e os integrantes da delegação gaúcha se encontraram no meio da multidão composta por outros milhares de passageiros de ônibus. Lá estavam, por exemplo, o ex-sindicalista e metalúrgico aposentado, Expedito Roberto da Silva, 72 anos, e a professora aposentada Alzira Florêncio, 70 anos. "Vamos pra cima, senão a gente fica por baixo", filosofava brejeiramente Expedito, no momento exato do foguetório que deu início à caminhada pela Esplanada dos Ministérios. Chapéu na cabeça, garrafinha de água mineral na mão, ambos integram o Clube de Idosos Mariama e chegaram na Caravana do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo.

Juventude

Lá estava também Lio Nzumbi, 25 anos, camiseta azul

enrolada na cabeça, olhar profundo, rosto sério. "Viemos de Salvador em dois *buzão*. A nossa participação coincide com o caminho que escolhemos para nos organizar, sem as condicionais e sem os gabinetes, sem pegar as migalhas da casa grande", informava Lio, enquanto marchava consciente da responsabilidade de ser um jovem negro, estudante de sociologia da Universidade Federal da Bahia, integrante do movimento hip hop, da CUFA (Central Única de Favelas) e da Campanha Reaja ou Será Morto. Ao seu lado, companheiros sustentavam uma faixa preta na qual se liam os dizeres: "Ou dividem a renda ou nós dividimos a tragédia. Chega de tudo pela metade. Basta de tudo pelo meio. Agora ou vai ou racha. Queremos tudo e inteiro."

Nem bem o sol se recolheu, no início da noite do dia 16, e a maioria dos passageiros já havia embarcado nos seus respectivos ônibus para enfrentar centenas ou mesmo um milhar ou dois de quilômetros na volta para casa. Brasília está estrategicamente situada longe de tudo, sendo relativamente acessível a todos. Participar de uma manifestação na capital federal de forma independente e consciente, demanda organização e muita força de vontade. Foi uma longa viagem emblemática da longa caminhada responsável, madura e corajosa que o povo negro brasileiro está aprendendo a trilhar. Isso é dignidade.

O título desta matéria é uma alusão ao filme *Todos a Bordo* (*Get on the Bus*) do cineasta afro-americano Spike Lee. No filme, lançado em 1996, Lee aborda a questão racial nos EUA a partir de uma viagem de ônibus feita por homens afro-americanos rumo à Marcha que reuniu um milhão de homens negros em Washington, em 1995.

****Alusão ao poema *Navio Negroiro* (*Cantares ao Meu Povo*, Editora Fulgor, São Paulo, 1961) do poeta pernambucano Solano Trindade.**

*** Diony Soares é jornalista e especialista em Antropologia Social (RS).**

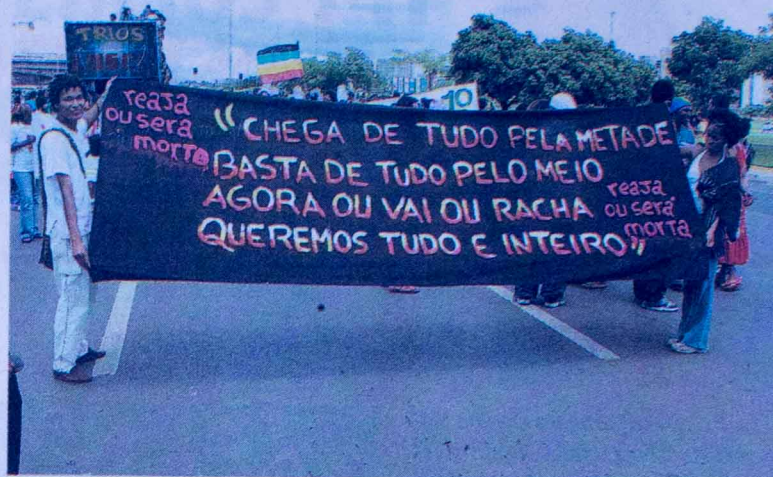


Foto: Carlos Moura



Foto: Cláudia Santos



Foto: Carlos Moura



Há coisas que o dinheiro não compra, para outras existe Marchacard

Nelson Olokofo Inocencio*

As comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra tiveram diferentes ingredientes por todo o país. Em alguns lugares prevaleceram as leituras culturalistas do legado quilombola, aquém do propósito da data que sugere reflexões, críticas e avanços no que concerne às relações raciais. Em outros lugares pode-se perceber o alcance do pensamento produzido pelo Movimento Social Negro contemporâneo, fato que nos dá ânimo no sentido de acreditarmos na superação das interpretações folclóricas da resistência afro-brasileira.

Considerando a diversidade de olhares sobre a consciência negra, nada fora mais emblemático do que as manifestações nacionais ocorridas no Distrito Federal. Brasília se constituiu em cenário de dois eventos que expuseram tensões e compreensões distintas de como se fazer movimento negro. Mais do que isto, a partir desse processo foi possível identificar com maior nitidez discursos produzidos em diferentes lugares de fala.

A *Marcha Zumbi + 10* que aconteceu dia 16 de novembro, agregou organizações negras que exerceram o papel de sociedade civil organizada, reivindicando implementação de políticas públicas para a população negra cujos resultados se tornassem palpáveis, o que não se deu até hoje. Com essa disposição os grupos que se articularam em torno do dia 16 também queriam defender a legitimidade do Movimento Negro de ter a sua cara própria, sem tutela ou monitoramento de partidos ou sindicatos. Não por serem refratários a parcerias, mas por entenderem que

o protagonismo dos movimentos sociais pertence aos coletivos que lhes dão forma e conteúdo.

A despeito do que muitos poderiam crer a *Marcha Zumbi + 10 Contra o Racismo: pelo direito à vida, emprego, terra para quilombolas, moradia, saneamento básico, saúde, educação, contra a intolerância religiosa e pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial*, foi um evento que contou com o esforço sobre-humano de ativistas que trabalharam incessantemente no projeto, sem qualquer megafinanciamento. Construindo a Marcha, sempre no limite dos recursos financeiros, a coordenação logrou êxito na medida em que, diante de todas as adversidades possíveis e imagináveis, conseguiu fazer com que entidades do país inteiro entendessem as circunstâncias políticas. Várias organizações atenderam ao chamado e contribuíram para o ato público, cada qual a sua maneira. Grupos artísticos abrilhantaram o evento, desta vez devidamente contextualizados, longe do exotismo que constantemente

os persegue. Associações que já compõem a moderna tradição afro-brasileira, como Ilê Aiyê e Olodum também se fizeram presentes.

Enfim, tudo isso para expor ao Governo e à sociedade as angústias e preocupações que se tornam inevitáveis no momento em se explicita um hiato entre a representação política negra, com forte apelo simbólico, a exemplo da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com status de ministério, e a implementação de políticas públicas eficazes que permitam alterações positivas e sintomáticas no quadro das desigualdades raciais.

Todavia, uma outra Marcha veio à Brasília no dia 22 de novembro, mostrando não apenas a divergência com os princípios que orientaram a primeira Marcha, mas reforçando a idéia de quem pensa movimento negro a partir do sindicato ou do partido. Este olhar que em muitas vezes procura deslegitimar a autonomia do movimento não é inédito. Ele apenas se tornou mais perceptível, assim



Foto: Alexandra Martins

como as práticas que caracterizam tal conduta. Quem acompanhou o embate e sabe da importância dos movimentos sociais independentes, certamente deve ter ficado estarrecido com os encaminhamentos do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores a fim de viabilizar a adesão à Marcha do dia 22. O estímulo ao uso do dinheiro público para garantir interesse políticos partidários nunca foi novidade. O novo é que isso agora ocorra em um campo que outrora julgávamos profícuo para o estabelecimento de alianças.

Muitas avaliações ainda precisarão ser feitas. Mas uma compreensão é absolutamente necessária. Conforme diria um sociólogo e ativista negro: há coisas que o dinheiro não compra. Eu complementaria, citando como exemplos de bens inegociáveis o valor de nossa intelectualidade e a massa crítica que fomos capazes de acumular ao longo dessa luta histórica. Lamentavelmente para outras existe o *nonsense*, que de forma irônica poderíamos chamar de *Marchacard*. Ainda bem que nem todas e todos ativistas estão dispostos a pagar sequer a anuidade deste cartão de descrédito.

*Nelson Olokofo Inocencio é professor assistente da Universidade de Brasília e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da mesma instituição. Atualmente exerce o cargo de vice-secretário da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN

Nossa esperança: um fragmento luminoso

Ana Luíza Pinheiro Flauzina*



Foto: Cláudia Santos

Sim, há uma fagulha nesse lugar. Nada relacionado ao que se denuncia, se exige. São os mesmos gritos do cotidiano que nos aniquila, nos arreventa a vida com a frieza de tantas balas disparadas pelo racismo nos corpos de nossa juventude, no desrespeito às nossas religiões, no abandono às comunidades remanescentes de quilombos, nos abusos ordinários às mulheres negras e outros flagelos que vêm tentando nos colocar de joelhos por tanto tempo que nem sei dizer...

Estou agora falando de uma faísca, de um começo mesquinho para uma grande coisa que dita o tom definitivo de nossa reação. Neste 16 de novembro, marchando por uma luta negra, simplesmente negra, vimos a expressão de um setor maduro do Movimento Negro, que se articulou com seus próprios esforços para estar numa das ruas de Brasília que nos deve prestar contas. A potência desse momento esteve irremediavelmente relacionada à invocação de uma tradição de militância de rua e de uma disposição para o enfrentamento "por todos os meios necessários". O recado foi simples, direto. Estamos empenhados e nos mobilizando para uma disputa fora da covardia do aparato institucional. Quebraremos a espinha dorsal do racismo brasileiro, na negociação, ou em outros tipos de embates em que as baixas não serão mais o amontoado de corpos negros com que somos obrigados a conviver diuturnamente. É isso mesmo, estamos sinalizando sem meias palavras para

uma transformação estrutural de peso.

Mas nesse movimento de força e segurança, não há como abafar nossas contradições. Nos reconhecemos no mesmo campo político, mas nossas estratégias diferem. E é na lógica de um totalitarismo que percebe tudo o que é diverso como equivocado, que poderemos nos perder numa autofagia que nos desarticula há séculos. O desafio está mais uma vez voltado para dentro. É preciso se apropriar desse esforço de mobilização para dialogarmos nacionalmente com nossas afinidades e diferenças. Nada de messianismo, ou da aparição de um bloco monolítico, apenas reconhecimento dos diversos caminhos possíveis.

De meu ângulo estreito, do buraco de fechadura por onde passam tantas impressões, vejo, assim, que a Marcha Zumbi + 10 dialoga em dois planos fundamentais: primeiro é um recado para fora, um grito que sinaliza para governo e sociedade civil pleitos sustentados por um movimento que deve ser levado a sério; segundo, e não menos importante, sinaliza para a possibilidade de um adensamento político ainda maior em nossas relações. É a maneira como vamos nos apropriar dessas constatações que dará a verdadeira dimensão dessa caminhada, fazendo possível à fagulha alastrar o fogo.

**Advogada, mestranda em Direito e ativista do EnegreSer/UnB.*



O jornal impresso do dia seguinte

Diony Maria*

Muniz Sodré, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, mestre em Sociologia da Informação e da Comunicação, professor universitário, nascido no estado da Bahia e radicado no Rio de Janeiro, em um de seus livros¹, observa que a mídia contemporânea não se interessa por questões como a da discriminação do negro. Sodré, que é negro, salienta que "é reduzida a presença de negros nas fileiras profissionais da mídia brasileira" e conclui que "nenhuma verdadeira política anti-racista pode implantar-se num sistema discursivo como o dessa grande mídia".

Partindo deste prisma e tomando por inspiração os versos do poeta portogalês Oliveira Silveira² *serei piedosa* ao fazer uma breve análise da cobertura dada pela grande mídia impressa branca para a Marcha Zumbi + 10. Para tal análise, utilizou-se as edições do dia 17 de novembro de 2005 de sete jornais impressos: três da capital federal (*Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília*, *Tribuna do Brasil*), dois da capital do estado do Rio de Janeiro (*O Globo* e *Jornal do Brasil*), dois da capital do estado de São Paulo (*O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*).

Para começar, cabe informar que a expectativa de uma cobertura jornalística da Marcha Zumbi + 10 resulta de observação a olho nu de grande presença de jornalistas

durante toda a manifestação. É imprescindível registrar também que tal presença significativa da grande mídia branca no evento reflete o excelente trabalho de divulgação realizado por jornalistas a serviço da imprensa negra.

várias personalidades supostamente midiáticas que já mereceram abordagens em revistas semanais de circulação nacional e nos próprios jornais diários analisados. Pelo visto, ao integrarem-se aos milhares de mulheres, homens, jovens e

A imagem que não vale coisa alguma

Imagine você, leitor, que o principal jornal da capital federal optou por estampar em uma de suas

páginas uma foto em que não se vê uma viva alma. Trocadilhos à parte, a foto publicada pelo *Correio Braziliense* na página 17 (Brasil) apresenta ao fundo o Congresso Nacional e no primeiro plano algumas das 500 cruzeiras performativas pregadas pelo Movimento Negro para simbolizar o assassinato da população negra brasileira. Eu olho para a foto, que consegue não incluir uma pessoa sequer, e deduzo que a imagem flagra o inconsciente dos jornalistas da grande mídia branca que gostariam mesmo é de ver o povo negro desta forma. Morto e enterrado.

Já o *Jornal de Brasília*, provavelmente

por falta de profissionais competentes, publicou na página 17 do seu caderno Brasil uma foto de arquivo com uma roda de capoeira observada por turistas em frente a Catedral de Brasília. Ops! A foto foi feita durante a Marcha Zumbi + 10? Pois eu jurava que foto igual àquela poderia ser obtida em qualquer outro dia do mês, em qualquer outro ano, etc.

Também a foto publicada pelo *O Estado de S. Paulo* na página A23 (Vida) é reveladora. Nitidez ape-



Sim, leitor, a grande mídia branca estava lá. Ouso dizer até que ela estava lá em peso. Ela estava lá, desde a concentração e durante todo o percurso da Esplanada dos Ministérios, tendo assim a oportunidade de testemunhar *in loco* um momento ímpar na história do Brasil contemporâneo.

Ela estava lá, mas... Bingo. Nós não estamos na edição do dia seguinte. Não foram suficientes nem mesmo as presenças entre nós de

idosos, negras e negros vindos de vários estados do país e representando centenas de entidades do Movimento Negro, estas mulheres negras emblemáticas e estes homens negros emblemáticos vestiram a capa de invisibilidade que a grande mídia branca teima em reservar à população negra brasileira em geral. Uma invisibilidade que transita impunemente entre o erro crasso e a incompetência e as sutilezas e os detalhes que fazem toda a diferença.

nas para a imagem do presidente da República. As mulheres negras e os homens negros que coordenaram a Marcha e foram recebidos pelo presidente por praticamente uma hora são visto de forma embaçada, difusa, desfocada, de costas ou de perfil, sem rostos definidos. O máximo de representação que conseguimos obter é uma boina (fora de foco) com as cores da unidade africana.

MST e ecologia

De tudo isso, o mais interessante é que, no mesmo dia 17 de novembro de 2005, viu-se estampada na capa do jornal *O Estado de S. Paulo* uma bela foto de uma manifestação que reuniu 150 (isto mesmo, cento e cinqüenta) ativistas do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra que protestaram na zona da mata de Pernambuco. Outra foto da manifestação ilustrou a matéria na página A13 (Nacional).

Só para fazer o contraponto, cabe ressaltar a edição do dia 18 de novembro de 2005 do *Correio Braziliense*. Esta registra na capa a foto de uma manifestação na qual, segundo o próprio jornal, uma centena (isto mesmo, cem) crianças (brancas) protestaram no Congresso Nacional contra o comércio de animais silvestres. Outra foto na página 10 (Brasil) apresenta as mesmas cem crianças que estavam representando uma única organização não-governamental (isto mesmo, uma única ong). Uma fofura! Que me perdoem os ecologistas de plantão. Parece brincadeira, mas não é.

Descaso

Os textos? O *Correio Braziliense*, obviamente, errou ao informar que a Marcha Zumbi + 10 era um protesto "contra as políticas públicas voltadas para o negro". Errou também ao afirmar que a manifestação passou pela Praça dos Três Poderes, que os manifestantes gritaram no megafone contra o presidente da República, que a chuva fina "chegou a esvaziar a marcha". Nada disso aconteceu. É tudo mentira. Imagine você, caro leitor, o que aconteceria a um jor-

nalista negro que cometesse tais atrocidades em uma matéria sobre um assunto não referente aos negros.

O *Jornal de Brasília* narrou o evento em "generosas" 37 palavras distribuídas em um parágrafo de três linhas. O *Estadão* foi além e utilizou 50 palavras distribuídas em um parágrafo de cinco linhas. Como ambos optaram pela utilização de uma foto com legenda, o primeiro identificou o assunto abordado com a retransmissão Marcha Zumbi + 10 e o segundo com a singela palavrinha Desigualdade.

Sigamos em frente. Caro leitor, você acha que as condições objetivas ainda não estão dadas para que os negros brasileiros se organizem de



duas partes envolvidas ou ouvir os dois lados? A *Folha* não aposta nela. Quem tiver estômago pode conferir a matéria no Caderno Brasil página A 13.

O olhar negro na redação

Pois bem, há quem diga que de onde não se espera nada é de onde não vem nada mesmo. Certamente que não seria injustiça dizer isso sobre a grande mídia branca brasileira. Mas seria incorreto não ressaltar as exceções que sempre existiram para confirmar a regra.

Vamos lá. Eis que no meio de tanta abordagem nitidamente racista, para dizer o mínimo e manter o nível, salta aos olhos uma ma-

Reflexão um: Será que os jornalistas são mesmo incapazes de escrever com precisão e mesmo assim são mantidos nos empregos porque os políticos, os empresários, os artistas, os esportistas e o povo em geral não se sentem lesados ao ser retratados incorretamente ou ao lerem informações incorretas?

Reflexão dois: Será que um jornalista branco é capaz de escrever sobre tudo exceto sobre as especificidades do mundo dos negros, um assunto extremamente complexo?

Reflexão três: Será por isso que eles são contra as cotas na universidade? Imagine só: negras e negros cursando Comunicação Social, invadindo as redações dos jornais e escrevendo textos tecnicamente corretos sobre os negros.

Reflexão quatro: É tudo racismo e má-fé.

Vou arquivar para a posteridade o exemplar do jornal *O Globo* no qual não consta uma linha sequer sobre a Marcha Zumbi + 10. O emblema de *O Globo* é exatamente o fato de não informar nada. O *Jornal do Brasil* também não incluiu a Marcha na sua edição do dia 17 de novembro de 2005. Parece que achou mais interessante publicar na página de Opinião do Caderno Brasília um texto no qual um estudante branco do mestrado em História Social da Universidade de Brasília tenta "explicar" o porquê da existência do 20 de novembro. Sem comentários.

¹SODRÉ, Muniz. Claros e Escuros – Identidade, povo e mídia no Brasil. Editora Vozes, Petrópolis, 1999. (Pág.246/247)

²SILVEIRA, Oliveira. Roteiro de tantãs. Edição do Autor, Porto Alegre, 1981.

* Diony Maria é jornalista e especialista em Antropologia Social. Trabalhou como repórter, repórter especial, redatora, sub-editora nas redações dos jornais *Correio do Povo* (Porto Alegre/RS), *Diário Catarinense* (Florianópolis/SC), *Folha de Londrina* (Londrina/PR), *O Pioneiro* (Caxias do Sul/RS) e *Correio Braziliense* (Brasília/DF).



Foto: Carlos Moura

forma autônoma e que, por isso, a pessoa que deve ser entrevistada quando há uma perspectiva de uma manifestação do Movimento Negro, ao invés de ser representante do Movimento Negro, seja um representante do Partido dos Trabalhadores que garante que as condições objetivas ainda não estão dadas? A *Folha de S. Paulo* acha que sim. E mais: sabe aquela regrinha básica segundo a qual é necessário escutar as

téria tecnicamente correta, acompanhada de duas fotos (uma na capa do jornal) também tecnicamente corretas. Bingo. Descobri, por acaso, que o jornalista responsável pela referida matéria publicada pelo jornal *Tribuna do Brasil* na página 5 (Brasil) é um jornalista negro.

Pausa.



Liberdade – a herança de Palmares

Ana Flávia Magalhães Pinto*

“Quando não se tem nada a perder, não é possível perder mais nada”. No decorrer da preparação da **Marcha Zumbi +10** – contra o racismo e pelo direito à vida, essa máxima acabou por assumir contornos cada vez mais nítidos. A quarta-feira de 16 de novembro de 2005 vai ficar guardada na memória de muitos e muitas afro-brasileiras como o dia em que “estar por nossa própria conta” se materializou em demonstração de autonomia. Marchamos sobre a capital do país para comunicar e ratificar a decisão de que não vamos tolerar tentativas cotidianas de silenciamento, tutela, extermínio, descaso e discriminação racial contra homens e mulheres negras, individual e coletivamente.

Ao ousarmos desabonar a situação de impotência, à qual há tempos o racismo e seus diversos agentes têm nos associado, surpreendemos e incomodamos os senhores do *apartheid* brasileiro, que de pronto reagiram. Ocorre ainda que, como ponderava Steve Biko, em termos históricos, essa lógica da impotência acaba por gerar um “contingente de mendigos que sorriem para o inimigo e, por outro lado, o xingam na inviolabilidade de seus banheiros”. Não por acaso, mesmo diante dos esforços por libertação vindos de várias localidades, já estava no *script* encontrar no jornal *Folha de S. Paulo*, de 17 de novembro, uma declaração como a do secretário nacional de combate ao racismo do PT, Martins Chagas, que disse: “as condições objetivas não nos permitem fazer um movimento autônomo, de negros para negros”.



Foto: Alexandra Martins

É certo que o racismo afeta não apenas as pessoas discriminadas, mas que fique bem evidente que o sujeito discriminado paga um preço bem distinto do que o faz o discriminador ou o beneficiário da discriminação. O que, então, levaria a população negra brasileira a abrir mão de ser senhora da luta pela reprodução de sua vida? A resposta a isso seria a permanência da retroalimentação do racismo... Só que não estamos dispostos a isso.

A herança das guerreiras e dos guerreiros de Palmares deve ser honrada no dia a dia, obedecendo ao princípio e à meta da emancipação de nosso povo. Assim como muitas outras pessoas negras de “pouca idade”, não participei da Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, mas, vivida essa experiência, tive(mos) confirmada a certeza da inviabilidade de passarmos por esse mundo como espectadoras(es) de um filme de que participamos apenas como vilões, algozes ou vítimas bestializadas.

Embora estejamos num momento ímpar, em que a auto-avaliação do fazer Movimento Negro no Brasil é feita por todos – ou quase todos – os seus segmentos, dos mais antigos aos mais jovens, permanece um desafio antigo: como transformar a luta pela igualdade racial num espaço de articulação e libertação nacional? Adaptando uma idéia de Hamilton Borges Walê, se as ruas são os territórios de nossas baixas, nelas teremos de construir o nosso levante.

* Ativista do EnegreSer, jornalista e mestrandia em História/UnB.



Fotos: Carlos Moura



na MARCHA ZUMBI+10
BICAS DA



MARCHA 19



“Atenção Imprensa Negra, para esta Liberdade Viglada!” (Alzira Rufino)

Fábia Calasans

Cerca de 8 mil pessoas marcharam sobre Brasília no dia 16 de novembro, conforme dados da coordenação da *Marcha Zumbi+10 contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida*. Em letras garrafais e fluorescentes, o Movimento Negro denunciou o genocídio da juventude negra brasileira em um *bunner* que dizia: “O Brasil é um país que mata negros.”

Mas para onde olhava a Imprensa neste momento? O que decidiu visibilizar? Quais foram os critérios de noticiabilidade utilizados na cobertura da *Marcha Zumbi+10*? Para refletir sobre essas questões, entrevistei comunicadores profissionais e amadores de diferentes Estados, que antes mesmo da veiculação dos jornais impressos ou televisivos, já previam e se preparavam para o silenciamento da imprensa.

“Acho que ela não fez o que a gente queria, uma cobertura maior. Mas ela cobriu. A imprensa não está preocupada com uma *Marcha de protesto*”, afirmou Alzira Rufino, editora da Revista Eparrei, que do carro de som transmitia o alerta: “Atenção Imprensa Negra, para esta Liberdade Viglada!”

Atentos estavam muitos militantes que portavam máquinas fotográficas, filmadoras, gravadores, papel e caneta. “Tudo isto é para fazer registro, memória e história do povo Negro. Há que se lembrar que às 9 horas da manhã, do dia 16 de novembro, o povo negro estava aqui. E ninguém melhor que a própria população preta para registrar isto”, sintetizou Maurício Paixão, um dos

coordenadores do Centro de Cultura da Mulher Negra, uma instituição que existe no Maranhão há 26 anos e que teve um papel importante na articulação das organizações maranhenses para esta Marcha. O Maranhão foi à Brasília com cinco ônibus, aproximadamente 200 pessoas que participam dos Movimentos de Mulheres, Juventude Negra, Quilombolas e Povo de Santo.

Marcus Cartilho não veio de longe. Mora em Brasília e é estudante de História na UNB - Universidade de Brasília. Para Marcus, que estava fotografando, a importância do registro consiste na documentação e criação de uma fonte de referência que mostre que as organizações do Movimento Negro podem lutar contra o racismo.

Vera Martins é uma senhora de 62 anos, que mora em Ribeirão Preto. “Eu estou fotografando para levar uma lembrança para minha família e para as pessoas que não puderam vir”, disse.

Entre os registros caseiros e profissionais, Gerdan Wesley, repórter fotográfico do jornal “Tribuna do Brasil”, concentrava-se para capturar o melhor ângulo. “Onde estiver rolando uma cena que mais caracterize o evento a gente fica. A foto que escolho para sintetizar a Marcha é aquela do pessoal do Movimento Afro-brasileiro: a da concentração das baianas. Os negros invadiram mesmo a Esplanada.”

No dia da Marcha, 16 de novembro, a religiosidade de matriz africana foi noticiada no Correio Brasiliense com o título “*Movimento negro pede tolerância*.” A Mar-

cha Zumbi+10 estava anunciada no subtítulo “*Igualdade Racial: Ativistas fazem manifestação cultural hoje para cobrar do governo a efetivação das políticas afirmativas. No Congresso, haverá sessão solene sobre a violência sofrida pelos adeptos dos cultos afro*.” O texto anunciava os objetivos da Marcha, dando ênfase à necessidade de um enfrentamento da violência racial que, no primeiro semestre deste ano, vitimou 651 jovens em Salvador.

Coordenador do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e assessor do IBASE, Ivônio Barros se declarou feliz por estar na Marcha registrando tudo. “Pra mim, tanto esta marcha quanto a anterior é um símbolo de vitalidade do Movimento Negro que luta por respeito e por igualdade. Os negros e negras são os que morrem pela bala da polícia. Esta é uma lição para os outros movimentos.”

O olhar de perplexidade pela reedição da Marcha Zumbi dos Palmares, uma década depois, não foi compreendido pela repórter da emissora SBT, Fernanda Isidoro. “Não sei se isto movimenta tanto a sociedade como deveria, por que são tantas as manifestações, que receio que seja apenas mais uma parcela da população descontente.” Isidoro em sua declaração revela uma falta de confiança no poder de mobilização política decorrente de manifestações negras e populares. Mais que isto: desqualifica a Marcha quando não reconhece a sua especificidade, um evento que acontece pela segunda

vez em dez anos, como resultado de um esforço da comunidade negra, uma parcela significativa da população brasileira.

O olhar do jornal é construído cotidianamente pelas relações e decisões que internamente são estabelecidas pela equipe. O que significa não compreender a especificidade dessa marcha que traz em sua centralidade o direito à vida de jovens negros? Quais os argumentos e estratégias construídas para a produção de um esvaziamento do discurso racial?

Na Celebração do Tricentenário de Morte de Zumbi dos Palmares em 1995, a qualificada e inesperada cobertura do jornal “Folha de S. Paulo” mereceu a atenção do jornalista Fernando Conceição, em sua tese de doutorado, que resultou na publicação do livro *Mídia e Etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos*. Segundo Conceição, o jornal produziu uma “(...) pesquisa, cujos dados principais estavam publicados num caderno especial intitulado “*Racismo Cordial*”, foi o maior esforço jamais feito por qualquer instituição, pública ou privada, visando quantificar e qualificar o preconceito de cor no país da propalada democracia racial.”

Dez anos depois, na edição de 20 de novembro, a “Folha de S. Paulo” trata de forma superficial a questão, destacando três pessoas negras: a modelo baiana Rojane Fradique, de 19 anos, o jogador corintiano Carlos Alberto e suas tranças como símbolo de afirmação racial, e a senhora Conceição Aparecida da Silva, de 67 anos, testemunha da exis-

tência do primeiro Quilombo Paulista que está sendo investigado pela Prefeitura.

A jornalista Dionny Soares contou emocionada como foi a cobertura da imprensa na Marcha de 1995. "Há dez anos andei com os jornais mostrando que a imprensa não deu nada sobre a Marcha. Saíram algumas notinhas ou nada. Mas Fernando Henrique Cardoso foi à Serra da Barriga e a mídia deu o enfoque ao presidente com uma senhora negra centenária. Então, tudo aquilo que rolou na Marcha para a imprensa foi nada. A cobertura foi pouca, e na minha avaliação demonstrou pouco caso." A senhora a que Dionny se refere é Maria do Carmo, na época com 120 anos, fotografada e reverenciada pela imprensa como "a pessoa mais velha do país."

Na edição de 21 de novembro de 1995, o Correio Brasiliense intitulou: "FHC admite discriminação racial no país." No texto, "O presidente lembrou que durante toda a sua vida se preocupou com a situação dos negros no Brasil, tendo escrito pelo menos dois livros sobre discriminação racial." Nesta matéria, a cobertura do evento em Brasília foi intitulado de "Marcha vira grande festa", acompanhado de uma foto significativa da Marcha com uma legenda que dizia "A marcha ocupou parte da Esplanada dos Ministérios, reunindo manifestantes negros e brancos de várias tendências."

Dionny explica que hoje a conjuntura é outra. "E é importante perceber que a gente avançou. Os negros que estão no Governo devem muito à primeira mobilização. Então foi muito importante. Naquela época havia muitos militantes do PT. Acreditávamos na instituição Estado-Nação e que quando estivessem no poder as coisas iam mudar para os negros. A conjuntura atual demarcou que o buraco é mais embaixo. Já vimos que a nossa mudança não passa só pelo Governo, pelo institucional. A conjuntura é outra. Imprensa Negra - Quando a gente pôde gritar isso? Há dez anos a imprensa negra não tinha a força de hoje."

**Jornalista e integrante do Ceafro(Ba)*



Foto: Alexandra Martins



Foto: Cláudia Santos



Foto: Cláudia Santos



Foto: Carlos Moura

21
MARCHA



16 de Novembro de 2005: chegou a hora e a onça bebeu água!

*Cindinha da Silva

Enfim, dia 16 de novembro de 2005 aconteceu a Marcha Zumbi + 10, oito mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. Muita água rolou até conseguirmos materializá-la: a resistência de outros atores políticos em construir a Marcha conjunta, dia 16/11, por motivos nunca explicitados; as propostas fanfarronas de que "cada um fizesse a sua própria marcha"; as falas dos que posaram de árbitros ou sábios discorrendo sobre a necessidade de fusão das propostas, mas alheios ao processo histórico que, ao cabo, nos trouxe a depuração ideológica, como atentou Fátima Oliveira, ou seja, a necessária definição dos campos políticos e seus respectivos ideários.

Amadurecemos, a duras penas, mas conseguimos atuar como força política conseqüente que pergunta, ouve, pondera e negocia. Buscamos convergir para o processo de construção da Zumbi + 10, aqueles que em 1995 não acreditaram na *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida* e preferiram realizar evento paralelo e concorrente, um certo *Encontro Latino-americano Afro-Indígena* (perdoem-me a imprecisão do título) no Memorial da América Latina, em São Paulo. São os mesmos que fizeram, em 2005, outro evento correlato à Marcha Zumbi + 10.

De nossa parte, produzimos reflexão acurada e a entregamos ao Estado brasileiro, cobramos providências, políticas e marcamos reuniões de trabalho, inclusive com a Presidência da República. Participamos da articulação política das lideranças das religiões de matriz africana que, para além de nos garantirem o Ashé, o N'gunzo, têm

agora se dirigido ao Ministério Público, às Secretarias de Segurança Pública, às delegacias e à cúpula da Polícia Militar, para exigir a garantia de direitos humanos, civis, culturais e constitucionais para professoras nossas crenças. Assim, elas realizam uma transposição do espaço dos valores imemoriais e simbólicos para a arena política da disputa pelo espaço público. Buscam proteger a existência material das instituições religiosas de matriz africana achincalhadas por crenças sectárias, igrejas eletrônicas e falsos profetas.

Seguindo a trilha da força espiritual que nos move, Mamadu Kuyatê, Griot do Mali, depositário das memórias de sua família de cronistas reais e conhecedor das histórias contadas por Balla Fassekê, o Griot do Rei Maghan Sundjata, descreve-nos a preparação do Rei do Mandinga para a guerra. Conhecido como filho do Búfalo e do Leão, aquele que em suas proezas ultrapassou Alexandre, O Grande, o Rei Sundjata, um muçulmano, consultava os adivinhos para saber o que lhe reservavam e exigiam os espíritos da natureza nos momentos de decisão. Foi assim, que precedendo a batalha final contra o Rei Sumaoro, que havia lhe usurpado o trono quando ainda era criança, o Rei Sundjata imolou cem galos, cem carneiros e cem touros, todos brancos. Depois, fez a terra tremer sob os pés de seus soldados e levantou nuvens de poeira vermelha que cobriram montanhas. Cercou-se de uma dinastia de ferreiros, bravos guerreiros e partiu para a vitória.

Dia 16 de novembro foi a nossa vez. Nós sabemos quem é o inimigo, conhecemos em detalhe o racismo que nos pretende desu-

manizar e apequenar e contra ele, há muito nos insurgimos. Bombogira e Nkosi Mukumbe postaram-se à nossa frente, abriram os caminhos, pois, as oferendas já haviam sido feitas pelo Rei Sundjata e pelo povo de santo. Que N'Zázi agora,

nos dê o que nos é de direito, este país, construído com as nossas mãos. Continuemos em marcha, como palmarinos alertas no pé da montanha.

* Diretora do Instituto Kwanza (SP)



Foto: Carlos Moura



Foto: Alexandra Martins

A Advocacia de Combate e a Marcha Zumbi + 10

Humberto Adami*



A visita ao Tribunal Superior do Trabalho-TST realizada, em 16 de novembro, durante a Marcha Zumbi + 10, por entidades e advogados do Movimento Negro e entidades aliadas, foi das mais vitoriosas ações desenvolvidas durante este celebrado ato que comemorou os dez anos da primeira Marcha.

Solicitada pelo IARA-Instituto da Advocacia Racial e Ambiental, em ofício ao Presidente do TST, ministro Vantuil Abdala, a audiência foi de perto acompanhada pelo único ministro afrodescendente daquela Corte, o ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

Estiveram presentes os advogados João Jorge (Olodum), Vera Santana (Irohìn), Sonia Nascimento (Geledés). Dojival Ferreira (Afropress),

o estudante da UnB Gustavo Amora, o economista Mário Theodoro, e a sindicalista Miriam, além do Ouvidor Geral do STJ, Cezar Degraf.

As palavras do ministro Vantuil Abdala, assegurando que o Tribunal é um foro de luta pelos direitos de inclusão de todos os povos e raças, bem como garantindo que o TST não faltarão a este embate, encheram de esperança os presentes, e iluminaram muitos dos Juízes que estão a julgar as causas de combate à discriminação racial no mercado de trabalho, por todo o país, com enfoque inicial nos 05 maiores bancos privados.

A notícia desses trabalhos do TST, a exemplo do vem sendo feito no STJ- Superior Tribunal de Justiça, que pelo segundo ano realizou o Seminário pela Promoção da Igualdade Racial,

com a participação eminente do ministro Luiz Fux, com vários integrantes de diversos setores do movimento negro, no dia 24.11.2005, aponta um caminho que por muitos anos foi relegado a segundo plano, o caminho do Judiciário.

Temos insistido nos debates na defesa do Judiciário como um dos mais importantes meios de se garantir as vitórias no campo político, ou mesmo forçá-lo a avançar. Para estudantes e jovens advogados, um nicho de advocacia que não se acha em manuais está sendo escrito com inteligência e bravura. É o que tenho chamado de "advocacia de combate".

*Advogado e presidente do IARA – Instituto da Advocacia Racial e Ambiental

Foto: Carlos Moura



Foto: Carlos Moura

Foto: Cláudia Santos



Foto: Cláudia Santos

MANIFESTO À NAÇÃO



**Contra o racismo,
pelo direito à vida.**

Brasília, 16 de Novembro de 2005.

Na audiência com representantes do Movimento Negro, no Palácio do Planalto, no dia 16 de novembro, o presidente Lula assumiu o compromisso de marcar reunião de trabalho com entidades e organizações da Coordenação da Marcha Zumbi + 10, para discutir o encaminhamento das reivindicações contidas no Documento, cuja íntegra transcrevemos a seguir.

Como herdeiros e herdeiras de Zumbi de Palmares, que lutou e morreu pela liberdade e pela afirmação de nossa dignidade humana, estamos aqui um dia após os 116 anos de Proclamação da República para denunciar que jamais fomos parte do projeto republicano brasileiro e que esta realidade está profundamente evidenciada no padrão alarmante de desigualdade racial e nas práticas cotidianas de discriminação e racismo contra homens negros e mulheres negras que, por séculos, sustentaram a acumulação de riquezas deste país.

Como herdeiras e herdeiros de Dandara estamos aqui, transcorridos 310 anos do massacre imperial e colonial contra Palmares, para dizer que a Vida e a Liberdade são para nós – mulheres negras e homens negros de todas as idades e regiões do país – valores inegociáveis.

Estamos aqui para dizer que os princípios de liberdade e dignidade –

pelos quais lutaram nossos antepassados neste solo, em África e em todos os recantos do planeta atingidos pela experiência da Diáspora Africana – permanecem como fontes inesgotáveis de inspiração de nossa luta contemporânea pela Vida, Humanização, Respeito e Justiça.

Em 1995, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida constituiu-se em um ato de indignação e protesto contra as condições subumanas em que vivia o povo negro deste país, em função dos processos de exclusão social determinados pelo racismo e pela discriminação racial presentes em nossa sociedade. À época também afirmávamos que já havíamos feito todas as denúncias, que o mito da democracia racial tinha sido reduzido a cinzas e exigíamos ações efetivas do Estado para a reversão daquele quadro.

Dez anos se passaram e aqui estamos diante de questões persistentes e de novos desafios.

Questões persistentes pela/o:

- Insuficiência das iniciativas de combate ao racismo e à discriminação por parte do Estado Brasileiro;
- Não reconhecimento, por parte dos segmentos hegemônicos da sociedade brasileira, do racismo como questão estrutural que organiza as relações sociais no país.
- Incapacidade das instituições de reconhecer – por omissão ou resistência à mudança de mentalidade e atitudes – que praticam preconceito, discriminação e racismo contra homens e mulheres afro-descendentes.
- Recusa dos segmentos formadores de opinião de reconhecer os movimentos negros enquanto interlocutores e atores na construção dos mecanismos de superação do racismo e das desigualdades raciais.

Novos desafios decorrentes:

- Do atual patamar de organização da sociedade brasileira, no contexto de uma economia globalizada em que interesses hegemônicos em nível mundial operam acima das nações;



Wânia Sant'Anna (de costas) expõe o conteúdo do Documento da Marcha ao presidente da República.

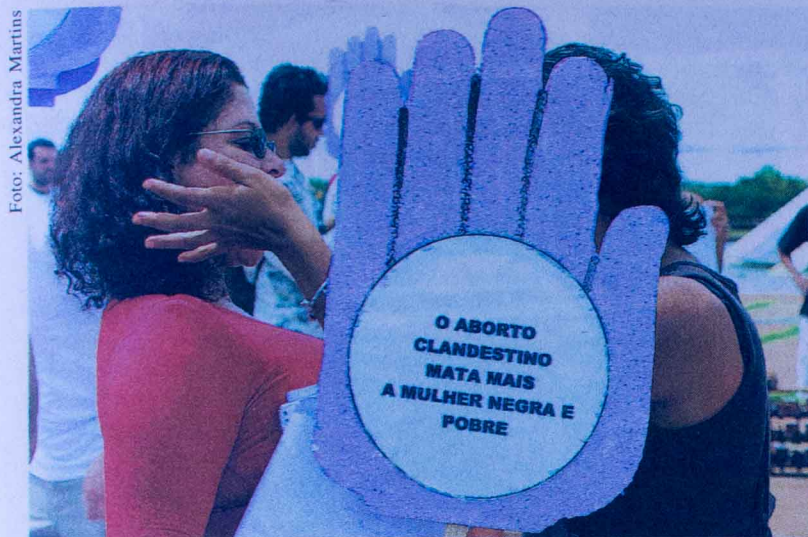


Foto: Alexandra Martins

- Do padrão de condução da vida pública que subjugua o interesse do conjunto da população, especialmente os mais pobres, aos interesses do capital financeiro – nacional e internacional – em nome do equilíbrio das contas públicas.

A insuficiência das ações empreendidas pelo governo federal, a ampliação do *gap* entre negros/as e brancos/as no país faz-nos afirmar como inaceitáveis:

O ASSASSÍNIO EM MASSA DA JUVENTUDE NEGRA

O Brasil possui um dos mais altos índices de homicídios entre a população jovem do mundo e, em todos os estados da federação, os jovens negros são as principais vítimas (UNESCO, 2004). A crueza dos números não permite evasivas nem subterfúgios: o Brasil é um país que mata negros. A cada 100 mil habitantes, 30,3 brancos morrem por homicídio, enquanto o número de negros é de 68,5 – uma diferença de 74% entre as raças. (Mapa da violência IV: os jovens do Brasil, Unesco, 2004). Principais vítimas da violência urbana, alvo predileto dos homicidas e da ação policial do Estado brasileiro, os jovens negros são objeto de uma política de extermínio.

MORTES EVITÁVEIS: A DE HOMENS, CRIANÇAS E MULHERES NEGRAS

Pesquisa recente do Ministério da Saúde aponta que a morte violenta de homens negros corresponde, em termos absolutos, ao dobro do que se verifica para os homens brancos.

Embora a mortalidade infantil venha decrescendo anualmente no Brasil, nos últimos 20 anos, quando comparada às crianças brancas, as desvantagens das crianças negras são desalentadoras: há mais de uma década sabemos que as negras morrem mais e numa proporção incompatível com o tolerável e até hoje nenhuma medida foi tomada, sequer no plano das idéias!

As mulheres negras, que são as que mais morrem fulminadas pela primeira causa de morte materna (hipertensão arterial não tratada durante a gravidez), assim com pela quarta causa: abortamento inseguro, ambas bem representativas do quanto é cruel e racista um Estado que permite que as mulheres negras sejam imoladas quando há meios seguros de respeitar os seus direitos e suas decisões reprodutivas.

TRABALHO PRECÁRIO E DESEMPREGO

O abismo salarial que separa negros e brancos no Brasil tem diminuído de maneira muito tímida nos últimos 15 anos (IPEA – 2005). O desemprego dos negros no mercado de trabalho é maior do que em qualquer outro grupo. Os negros entram mais cedo e as mulheres negras são as últimas a saírem do mercado de trabalho. Os trabalhadores negros e as trabalhadoras negras têm jornadas mais longas em todas as capitais brasileiras, no entanto seu salário é sempre inferior, variando de 60% a 130%. Quanto mais aumentam a escolarização e a experiência profissional, mais aumentam os diferenciais salariais entre trabalhadores negros e brancos.

EXCLUSÃO EDUCACIONAL

Negros estão sub-representados em todos os níveis educacionais, com destaque para a situação do ensino médio – onde o percentual de participação da população negra é pouco mais da metade do verificado para a população branca (58%) – e no ensino superior onde os negros têm uma presença que representa cerca 1/4 da verificada para brancos.



Foto: Carlos Moura



Foto: Cláudia Santos



Foto: Carlos Moura



Foto: Carlos Moura

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS CULTURAIS

No Brasil assistimos irresponsavelmente à ampliação das práticas abomináveis de intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana e aos seus seguidores – sem que o Estado garanta o respeito à liberdade de crença.

Em todos esses atos vê-se, claramente, a negação dos valores civilizatórios, comunitários e existenciais da identidade negro-africana em sua histórica situação de Diáspora. Frente a esse quadro de desqualificação e ilegalidade, não há como deixar de exigir respeito a nossa ancestralidade e defender o direito à livre manifestação de fé, de culto e de religiosidade negro-africana.

Uma das mais graves ações de intolerância que temos presenciado diuturnamente é o incitamento ao preconceito contra as religiões de matriz africana, veiculado diariamente por, no mínimo, dois canais de TV comerciais. Esta ação vem fazendo aumentar a agressão aos templos de nossas religiões, aos religiosos e aos seus familiares, particularmente as crianças.

A NÃO-TITULARIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Sabemos que a Constituição de 1988 nos assegura, pela primeira vez no país, base jurídica de reconhecimento da diversidade cultural e étnica e que o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – que identifica a nova modalidade de apropriação formal de terras para grupos sociais como os quilombolas e baseada no direito à propriedade definitiva – é um exemplo cabal desta nova compreensão jurídica. No entanto, transcorridos 17 anos, o Estado brasileiro permanece resistente à adoção de uma política étnica que assegure, para esses grupos, o direito à propriedade definitiva de suas terras deixando-os à mercê dos obstáculos políticos, burocráticos e administrativos. A permanecer o ritmo lento e de descaso atual, levaremos mais de dois séculos para que as “terras tradicionalmente ocupadas” pelas comunidades quilombolas sejam protegidas tal como foi previsto na Constituição de 1988!

A SITUAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

Falar da mulher negra no Brasil é falar de uma história de exclusão, onde as variáveis de gênero e raça são estruturantes das desigualdades. É sobre a mulher negra que recai todo peso da herança colonial, onde o sistema patriarcal apóia-se solidamente com a herança do sistema.

Conforme o Censo Demográfico de 2000, somos 169,5 milhões de brasileiros, dos quais 50,79% do sexo feminino. As mulheres negras equivalem a 49% da população negra, correspondendo a 37.602.461 habitantes.

As mulheres negras contribuíram de forma inquestionável para a construção socioeconômica e cultural de nosso país e foram decisivas para as conquistas de direitos das brasileiras. A sua luta contra o racismo e o desmascaramento do mito da democracia racial tem contribuído para o comprometimento de outros setores da sociedade civil organizada, na luta contra o sexismo e o racismo. Entretanto, apesar de sua presença na construção desse país, ao analisarmos sua situação, vamos verificar que se trata de uma maioria vivendo em condições extremas de desigualdade, qualquer que seja o indicador social.

Encontram-se mais expostas à miséria, à pobreza, à violência, ao analfabetismo; à precariedade de atendimento nos serviços assistenciais, educacionais e de saúde. Sem acesso aos bens e serviços existentes em nossa sociedade, encontram-se expostas à violência de gênero e racial. Entre as consequências extremas desta situação está o seu aniquilamento

físico, político e social.

Por consideramos que todas essas condições adversas de vida são produzidas pelo racismo estrutural que organiza as relações sociais no Brasil, reafirmamos o nosso repúdio a esta realidade, injusta, desumana, genocida e tratada com profunda indiferença e desprezo pelos diferentes níveis de governo e por parcela considerável da sociedade brasileira.

Entendemos que existe uma outra maneira de construir esse país que não seja ao custo do massacre das nossas comunidades. Nossa experiência política, de organização social e familiar demonstra que temos um cabedal de soluções a oferecer, nos seguintes campos:

- Do protagonismo dos movimentos de mulheres negras;
- Da organização da juventude negra por todo o país;
- Das políticas sociais de combate à pobreza que, como estão sendo executadas, estão longe de promover a seguridade social da comunidade negra.
- Da nossa relação com a população branca e com as instituições dirigidas, essencialmente, por essa população branca;

II. O CUSTO DO RACISMO

O direito à vida não é, apenas, o de lutar contra a violência. É certo que a violência diária vivenciada nas ruas, sobretudo a violência policial, é um fenômeno de extrema preocupação e tem sido objeto de ações importantes da comunidade negra por todo o país. Mas a essa violência somam-se a violência dos muros e das cercas, da falta de saneamento, das barreiras de acesso à educação e à moradia, enfim, a violência que advém de todas as circunstâncias que reduzem a nossa expectativa de vida.

Como mudar esse quadro? Quanto custa mudar esse quadro de desigualdade racial resultante do racismo?

Por conta das desigualdades raciais, vigentes no Brasil desde o período da escravização, o Estado republicano não produziu políticas públicas que garantam um tratamento igualitário com condições de vida digna e cidadã aos afro-brasileiros. Partindo desse referencial, revisamos três eixos básicos das políticas públicas e o investimento em ações destinadas à população negra nas áreas da (i) Educação, (ii) Habitação e (iii) Saneamento Básico. O estudo depura indicadores da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) e do Censo Demográfico 2000, ambos elaborados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A mensuração do Custo do Racismo no Brasil aponta para um montante preliminar na ordem de R\$ 67,2 bilhões a serem aplicados, em curto prazo, para a equiparação dos índices de desenvolvimento humano da população negra com a branca, tendo em vista ser esse um contingente que goza de uma situação privilegiada em todas as fases do ciclo de vida e em todas as políticas públicas. Esse valor desconsidera aportes de recursos em emprego e renda, saúde e segurança pública. Nessa perspectiva, a proporção se eleva na medida em que outras áreas importantes da vida da população negra sejam contempladas.

O Custo do Racismo no Brasil representa apenas 78% do superávit fiscal verificado de janeiro a setembro de 2005, destinado inteiramente ao pagamento dos juros da dívida pública. Considerando ainda o patrimônio atual do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), contabilizado em R\$ 100 bilhões, constatamos que o Custo do Racismo é um valor plausível para o Estado brasileiro, desde que efetivamente priorizada a questão racial em toda sua plenitude.

A seguir, detalhamos os valores para cada um dos três eixos citados acima:

Educação: R\$ 22,2 bilhões

Aqui foram contemplados os seguintes aspectos:

- taxa de analfabetismo de adultos (brancos: 7,5% e negros: 17,2%);
- acesso à creche (brancos: 12, 9% e negros: 10,4%);
- acesso à pré-escola (brancos: 62% e negros: 57,5%);
- acesso ao ensino fundamental (brancos: 95% e negros: 92,7%);
- acesso ao ensino médio (brancos: 54,9% e negros: 31,9%);
- acesso ao ensino superior (brancos: 16,6% e negros: 4,4%).

Fonte: Governo Federal. Programa Brasil Alfabetizado e INEP/MEC. Sempre referentes a alunos/ano.

Habitação: R\$ 37,4 bilhões

Considerando-se o seguinte:

- déficit habitacional para famílias até 5 salários mínimos: 6,5 milhões de moradias;
- estimativa da distribuição do déficit de moradias: brancos: 2,3 milhões; negros: 4,2 milhões; total: 6,5 milhões;
- custo unitário estimado de moradia de qualidade: R\$ 20 mil.

Fonte: IBGE.

Saneamento: R\$ 7,6 bilhões

Considerando-se o seguinte:

- domicílios sem água potável: 9,6 milhões ou 60 milhões de famílias;
- estimativa da distribuição dos domicílios sem água potável por cor do chefe de família: brancos: 2,3 milhões; negros: 7,3 milhões;
- domicílios sem esgotamento sanitário adequado: 3,4 milhões ou 15 milhões de famílias;
- estimativa da distribuição dos domicílios sem esgotamento sanitário adequado por cor do chefe de família: brancos: 1,3 milhão; negros: 2,1 milhões;
- custo médio por domicílio do acesso a água potável: R\$ 1.200,00
custo médio por domicílio do acesso a esgotamento sanitário adequado: R\$ 2.000,00.

Fonte: SNSA - Ministério das Cidades; Associação das Empresas de Saneamento Básicos Estaduais - AESBE.

III. POR UM NOVO MARCO LEGAL PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS: AÇÕES AFIRMATIVAS E REPARATÓRIAS

Reafirmamos: dez anos se passaram e estamos diante de novos desafios colocados pela inaceitável resistência de distintos setores da sociedade brasileira em aceitar como legítimo o direito da população negra de reivindicar políticas específicas. Nessa última década, fizemos avançar o debate sobre políticas de ação afirmativa e política de reparação voltadas à comunidade negra. Para a comunidade negra brasileira organizada torna-se, a cada dia, mais transparente que essas constituem a melhor estratégia para garantir o seu acesso equitativo a bens e serviços.



Foto: Carlos Moura



Foto: Carlos Moura





Foto: Carlos Moura

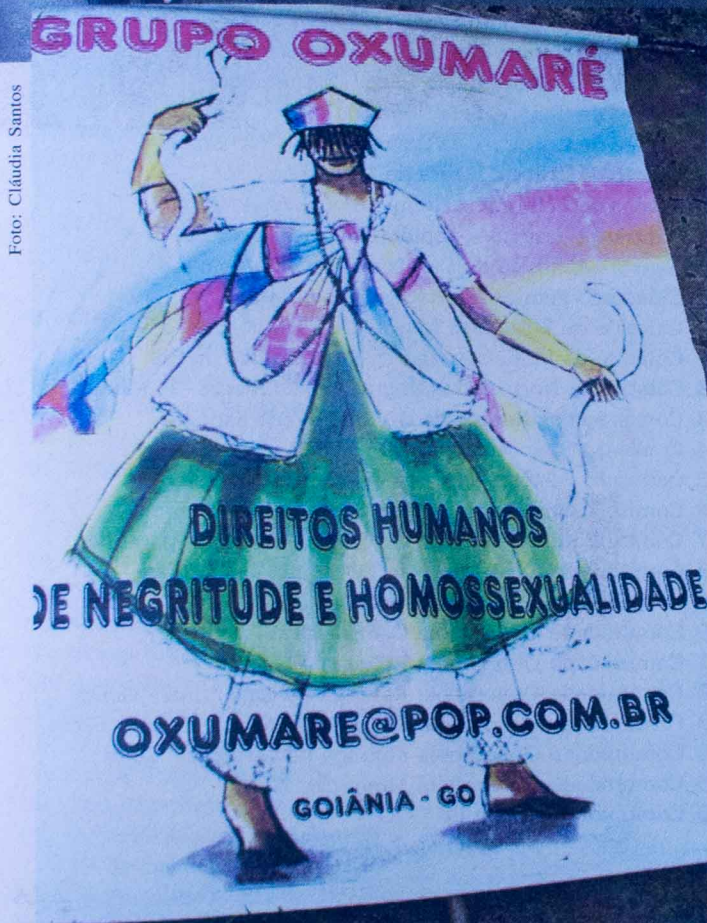


Foto: Cláudia Santos



Foto: Carlos Moura

O Brasil não é um país pobre! O Brasil é um país que distribui mal os recursos – bens e serviços – que possui; a situação em que se encontra a esmagadora maioria da população negra brasileira é exemplo cabal deste perfil insustentável de condução da Nação.

Políticas de ação afirmativa sim! Porque são essenciais à correção das desigualdades raciais, à promoção da igualdade de oportunidades, à instituição do princípio de equidade.

Políticas de reparação sim! Para lembrar ao Estado e à sociedade brasileira as suas responsabilidades na produção das desigualdades raciais decorrentes da escravidão e, mais grave, das omissões e práticas discriminatórias perpetradas contra a população afro-descendente pós-abolição.

Igualmente estamos cobrando do Estado brasileiro o cumprimento das convenções internacionais e acordos dos quais o Brasil é signatário, e a importância que deve ser dada aos compromissos assumidos em Santiago+5 e na Conferência contra o Racismo, realizada em Durban, dentre outros.

São essas convicções que nos levam a reafirmar que a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial é de suma importância. Mas é necessário também que a fonte de financiamento do conjunto das políticas de igualdade racial deva estar assegurada, sem o que o estatuto pode vir a ser mais um documento inócuo. Por isso, exigimos a imediata reintrodução, no Projeto de Lei que cria o Estatuto da Igualdade Racial, do dispositivo que prevê a criação do Fundo de Igualdade Racial, retirado da versão do Estatuto recém-aprovada no Senado, e que tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados. Sendo sancionado pelo Presidente da República sem o Fundo, o Estatuto da Igualdade Racial pode se tornar apenas um novo conjunto de boas intenções – como de resto tem sido recorrente nas ações de nossos governantes em relação à questão racial nos últimos anos.

Lembramos ainda que as poucas mudanças observadas no cenário das relações raciais no Brasil se devem principalmente à audácia, à tenacidade e ao vigor de uma legião de milhares de homens e mulheres negras, adultos, jovens, idosos, letrados e sem escolaridade. Estes, com seu trabalho e sua luta, lograram a inscrição da problemática racial no debate público, a aprovação de leis, a sensibilização da mídia e da opinião pública, além de uma extraordinária produção acadêmica voltada para as relações raciais e de vitórias mesmo tímidas no Judiciário. É, portanto, fundamental o reconhecimento desta militância, como ator privilegiado, não só como beneficiário, mas como sujeito político, que guarda o acúmulo necessário para a concepção e implementação consequente das políticas, bem como para o seu monitoramento. Exigimos assim pautar e acompanhar a execução desta pauta.

NOSSA DISPOSIÇÃO: A LUTA

Estamos entre os primeiros países do mundo em concentração de renda e riqueza. Temos a maior população negra fora da África. São esses os dados que precisam ser equacionados se quisermos compreender a natureza profunda dos alicerces que consolidam a injustiça desumana chamada Brasil.

O racismo coloca no topo os que se julgam naturalmente superiores e perpetua as desigualdades. Eles dizem: os de baixo não são como nós – que sejam, portanto, desiguais para sempre! Isso é o que explica porque as desigualdades, a concentração de renda e a exclusão têm sido aceitas por tanto tempo em nossa sociedade.

Combater o racismo e a exclusão da população negra são assim as tarefas urgentes e inadiáveis de um projeto democrático, que se coloque ao alcance da maioria e possa atender nossos anseios legítimos e históricos por justiça e cidadania plena.

Os negros brasileiros em 1995 fizeram uma expressiva manifestação em Brasília, que deu início ao diálogo institucional com a representação política do Estado. Dez anos transcorridos, estamos de volta diante do fracasso das promessas eleitorais de ações efetivas que levariam a um

"Brasil sem Racismo", compromisso e documento de campanha do presidente Lula.

Continuamos dispostos a dialogar, mas após três anos do Governo Lula tememos, pela dificuldade de travarmos um diálogo institucional conseqüente, que a nós, negros brasileiros, não restem alternativas de sermos ouvidos, a não ser pelo desenvolvimento de iniciativas de enfrentamento não mediadas pela ação política organizada e pacífica.

Neste dia 16 de novembro, os negros vêm a Brasília, transpondo todas as dificuldades, para reafirmar perante a Nação sua disposição de buscar, por todos os meios, a construção de uma sociedade pluralista e democrática.

Brasília, 16 de Novembro de 2005

**COORDENAÇÃO NACIONAL DA
MARCHA ZUMBI DOS PALMARES +10 -
CONTRA O RACISMO E PELO DIREITO À VIDA**

**Lista de Organizações Participantes da Marcha
Zumbi + 10 - 16 de Novembro de 2005 (até o fe-
chamento desta edição)**

1. A Mulherada - Salvador/Bahia
2. ABC Sem Racismo / São Paulo
3. ABONG - Associação Brasileira de ONGs
4. ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
5. ACMUN - Associação Cultural de Mulheres Negras - RS
6. ACMUN - Associação de Mulheres Negras/ Rio Grande do Sul
7. ACONERU - Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão
8. Afirma - Comunicação & Pesquisa - RJ
9. Afoxé Alafin Oyó - Recife/Pernambuco
10. Afoxé Oyá Alaxé - Recife/Pernambuco
11. Afropress - São Paulo
12. AKANI - Porto Alegre/ Rio Grande do Sul
13. AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
14. Amma Psique e Negritude - SP
15. AMNB - Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras
16. Anciãs do Amanhecer Negro contra a Discriminação Religiosa
17. Articulação de Ongs de Mulheres Negras
18. Articulação Estadual do MNDH - Pernambuco
19. Articulação Negra de Pernambuco - PE
20. Associação Cultural Omnirá - Maranhão
21. Associação das Mulheres Negras de Goiás - GO
22. Associação das Trabalhadoras Domésticas da Baixada Santista
23. Associação de Capoeira Ladainha - Brasília/DF
24. Associação de Donas de Casa contra a Carestia
25. Associação de Mães contra a Mortalidade Materna
26. Associação de Mães de Santo Gumenzala-Baixada Santista-
27. Associação Ori Odara- Uberlândia - MG
28. Bamidele - Organização de Mulheres Negras / Paraíba
29. Banda Afro Axé Duda - PA
30. Banda Visual Ilê- Brasília/DF
31. Bloco Afro Abibimã - Maranhão
32. Bloco Afro Didara - Maranhão
33. CACES / Rio de Janeiro
34. Cades - Centro de Artes de Santos
35. Campanha Diálogos Onde Você Guarda o Racismo

36. Campanha Reaja ou Será Morto/Reja ou Será Morta - BA
37. CANBENAS - Coletivo de Alunos Negros Beatriz Nascimento - GO
38. Capoeira Palmares de Araras
39. Caretada - Quilombo dos Amaros - Paracatu / Minas Gerais
40. Casa da Cultura da Mulher Negra/Santos -SP
41. Casa da Mulher Catarina/Florianópolis - Santa Catarina
42. Casa Laudelina de Campos Melo - Campinas/São Paulo
43. CCN - Centro de Cultura Negra do Maranhão
44. CEAFTRO - Educação e Profissionalização para Igualdade Racial e de Gênero
45. CEDENPA - Centro de Defesa do Negro do Pará/Belém - Pará
46. CEERT - Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades
47. CENAP - Centro Nordestino de Animação Popular
48. Centro Afro-Cultural Coisa de Negro - PI
49. Centro Afro-Cultural Coisa de Negro - Piauí
50. Centro Cultural Orunmilá - Ribeirão Preto - SP
51. Centro D. Hélder Câmara - Recife/Pernambuco
52. Centro das Mulheres do Cabo - Pernambuco
53. Centro de Convivência Negra da UnB
54. Centro de Cultura Luiz Freire - Recife/Pernambuco
55. Centro de Cultura Negra do Maranhão - MA
56. Centro de Referência Negra Lélia Gonzalez/Goiás
57. Centro de Tradições Populares - Sobradinho/DF
58. Centro Laudelina de Campos Melo - Campinas
59. Cidadania Feminina - Recife/Pernambuco
60. Coletivo de Entidades Negras de Salvador/Bahia
61. Coletivo de Mulheres Negras - Rio Grande do Sul
62. Coletivo de Normalistas Negras - Porto Alegre - Rio Grande do Sul
63. Comissão dos Negros da OAB - Baixada Santista
64. Comissão Pastoral da Terra
65. Comissão Pastoral da Terra - Recife/Pernambuco
66. Comitê Zumbi + 10 do Pólo Coroadinho - Maranhão
67. Comitê Zumbi + 10 do Pólo Itaqui/Bacanga - Maranhão
68. Comitê Zumbi +10 do Pólo Liberdade - Maranhão
69. Companhia dos Comuns - Rio de Janeiro
70. Comunidade Quilombola Cedro - Goiás
71. Comunidade Quilombola Kalunga - Goiás
72. Comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcanti - Goiás
73. Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre - Goiás
74. Comunidade Quilombola Kalunga de Teresina - Goiás
75. Comunidade Quilombola Mineiros - Goiás
76. Comunidade Visual Ilê - GO



Foto: Carlos Moura

77. Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de São Paulo
78. Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo
79. Conselho Municipal das Populações Afro-descendentes de São Luiz - Maranhão
80. Criola - RJ
81. Dignitatis - Recife/Pernambuco
82. EnegreSer - Coletivo de Estudantes Negr@s no Distrito Federal e Entorno
83. Erêge/Salvador - Bahia
84. Escolas de Samba Porto Cristal de Rio Claro
85. Fala Negra - Paracatu - MG
86. Fala Preta - SP
87. Federação de Capoeira do Maranhão
88. Fórum de Entidades Negras de Goiás - Goiás
89. Fórum de Entidades Negras do Maranhão - Maranhão
90. Fórum de Entidades Negras do Mato Grosso do Sul
91. Fotur - Porto Alegre/ Rio Grande do Sul
92. Fundação Municipal Zumbi dos Palmares de Ituiutaba - MG
93. GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - Recife/Pernambuco
94. GDAM - Grupo de Dança Afro Malungo - Maranhão
95. GECNI - Grupo de Estudos e Consciência Negra de Ituiutaba - MG
96. Geledés - Instituto da Mulher Negra - São Paulo
97. GESTOS - Soropositividade e Gênero - Recife/Pernambuco
98. Grupo Afro-Dance - Paracatu - Minas Gerais
99. Grupo Cultural Olodum - BA
100. Grupo de Capoeira Sol Nascente - Brasília-DF
101. Grupo de Consciência Negra de Ituitaba - Minas Gerais
102. Grupo de Mulheres Felipa de Souza /Rio de Janeiro
103. Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza - São Luís/Maranhão
104. Grupo de Mulheres Negras Malungas - Goiás
105. Grupo de RAP Liberdade Condicional - Brasília - DF
106. Grupo Fala Negra - Minas Gerais
107. Grupo Negro Palmares Renascendo - Maranhão
108. Grupo Negro Palmares Renascer - MA
109. Grupo Panteras Afro-Brasileiras
110. Grupo Tez - Trabalho e Estudo Zumbi - Mato Grosso do Sul
111. Grupo Transas do Corpo - GO
112. Iara - Instituto de Advocacia Racial e Ambiental - RJ
113. Ilê Aiyê/Salvador - Bahia
114. Ilê de Exu / Rio de Janeiro
115. Ilê Manjêlê Ô / Rio de Janeiro
116. Ilê Oju Oyá-Santos - SP
117. Ilê Omiojuarô / Rio de Janeiro
118. IMENA - Instituto de Mulheres Negras/Amapá
119. IMUNE - Instituto de Mulheres Negras/Pará
120. INABRA - DF
121. INCAB - Grupo de Capoeira Nzinga/ Brasília - DF
122. Instituto 21 de Março - Consciência Negra e Direitos Humanos/ PR
123. Instituto AMMA Psique e Negritude/São Paulo
124. Instituto Cultural Steve Biko - Bahia
125. Instituto Kuanza - São Paulo - SP
126. Instituto Mariama/DF
127. Instituto Negras/Ceará
128. Instituto Patrícia Galvão - São Paulo/SP
129. Interfórum Global - São José do Rio Preto/ SP
130. Irohìn - Comunicação a Serviço dos Afro-Brasileiros - DF
131. Jovens Negras de Santos
132. Maria Mulher Organização de Mulheres Negras/ Rio Grande do

Sul

133. Movimento Hip Hop Favelafro - Maranhão
134. Movimento Hip Hop Quilombo Urbano - São Luiz/Marnhão
135. Movimento Rural Sem Teto
136. Mulheres Negras em União / Belo Horizonte/ Minas Gerais
137. NEAAD - UFG
138. NEINB/USP - São Paulo
139. Novo Mundo - Recife/Pernambuco
140. Núcleo Afro Brasileiro Santa Bakita
141. Núcleo de Universitárias Negras do Vale da Ribeira
142. Núcleo Rapensando de Vicente de Carvalho Samaritá - Cubatão
143. Núcleo Religiosas Negras da Capela Aparecida da Baixada Santista
144. Núcleos de Educadores Pró Educação Anti Racista de Santos
145. Nzinga - BH
146. Observatório Negro - Recife/Pernambuco
147. Oficina Affro - Maranhão
148. Organização de Mulheres Negras Maria do Egito - Sergipe
149. Pastoral Afro-Brasileira
150. Projeto Fala Negão
151. Projeto Quilombola Cadê Você - Ribeirão Preto - SP
152. Promotoras Legais Populares - São Paulo
153. Promotoras Legais Populares do H.M. São Mateus/ São Paulo
154. Quilombo Acervo de Araras - São Paulo
155. Rádio Comunitária Conquista - Maranhão
156. Rádio Comunitária Liberdade - Maranhão
157. Rede Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos
158. Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares - Pernambuco
159. REDEH/CEMINA - Rio de Janeiro
160. Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões - Pernambuco
161. Sindicato dos Urbanitários - Maranhão
162. Sinos Comunicação - Recife/Pernambuco
163. Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - MA
164. Terno Grupo de Moçambique Camisa Rosa de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário - Ituiutaba/MG
165. Terreiro Afro Religioso Fanti-Ashanti - Maranhão
166. Ubuntu - Estudantes Negras da UNEB/Salvador - Bahia
167. Uiala Mukaji - Sociedade de Mulheres Negras de Pernambuco



Foto: Pedro Vilela

ERRAMOS

Na edição nº 12 (ago./set.), publicamos reportagem de Bianca Melo sobre o Centro de Defesa de Direitos Humanos, de Belo Horizonte, que defende os interesses de refugiados africanos no Brasil. Antônio Cipriano Gonçalves, moçambicano, mestre em Educação pela UFMG e bolsista da Capes, que aparece em uma das fotos da referida reportagem, não é refugiado e a divulgação de sua foto foi um erro de edição.





Foto: Lindomar Cruz ABr

Chispa de nada

Edson Lopes Cardoso*

O ministro da justiça
não viu nem verá as cruzes negras
enterradas no jardim da Esplanada.

Governantes com frequência
encarnam divindades distraídas
nem desconfiam
da vida que se oculta no bagaço.

Absorvidos diante da fonte cristalina
não dão a devida atenção
às metamorfoses nas vias de excreção
onde a ralé desfralda velas mínimas
chispa de nada
um muxoxo
uma explosão.

Edson Lopes Cardoso é poeta eventual, bissexto, autor de Areal das Sevícias (Salvador; folheto, 1977), tem participação em Corpo Insano- uma antologia provisória (Porto Alegre, Editorial Emma, 1977) e, mais recentemente, editou dois livros de poesia: Ubá (1999) e Minha vez (2002), este último uma edição de apenas vinte exemplares.

PROTESTO & POESIA



ISSN 18085369



9 771808 536005